

14-12-2017

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA CATORZE DE DEZEMBRO DO ANO
DE DOIS MIL E DEZASSETE:

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, realizou-se na Escola Básica do Primeiro Ciclo de Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pela Senhora Ana Maria de Oliveira Aleixo, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pela Senhora Maria Manuela Gonçalves Moreira (Primeira Secretária) e pelo Senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Segundo Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Ponto um: Apreciação e aprovação da:

a) Ata da Primeira Reunião de funcionamento da Assembleia Municipal de Odemira, Quadriénio 2017-2021, realizada no dia 18/10/2017;

b) Ata da Sessão Extraordinária de 29/11/2017.

Ponto dois: Apreciação de Expediente.

Ponto três: Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto um: Cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro: apreciação.

Ponto dois: 13.ª Modificação Orçamental - 2017: 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 4.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI): apreciação e deliberação.

Ponto três: Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2018: apreciação e deliberação.

14-12-2017

-----**Ponto quatro:** Proposta n.º 18-A/2017 P - Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos para Cooperação através de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Freguesias do Concelho: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto cinco:** Aquisição de eletricidade para instalações do Município de Odemira alimentadas em baixa tensão normal e para iluminação pública, ao abrigo de Acordo Quadro celebrado pela CC-CIMAL - Renovação de Contrato: autorização do compromisso plurianual. -

-----**Ponto seis:** Aquisição de serviço de seguro para o Município de Odemira: autorização do compromisso plurianual.-----

-----**Ponto sete:** Aquisição de serviço de Consultadoria Técnica Paisagística, na modalidade de avença, para a Divisão de Infraestruturas e Logística: autorização do compromisso plurianual. -----

-----**Ponto oito:** Prémios de Atividade Desportiva - Época 2017/2018: Lista Definitiva: autorização do compromisso plurianual.-----

-----**Ponto nove:** Adenda ao Protocolo de Colaboração para a Componente de Apoio à Família, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-escolar: autorização do compromisso plurianual.-----

-----**Ponto dez:** Programas Sinergias Sociais 2017 – Projeto Click – Teatro Interativo: autorização do compromisso plurianual.-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Compareceram a esta reunião trinta e três membros, a saber os Senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Ana Maria de Oliveira Aleixo, Ana Sofia Pacheco Soares, António Manuel Viana Afonso, Arménio Guerreiro Simão, Cláudio José dos Santos Percheiro, Daniel Sobral Balinhas, Dário Filipe Conceição Guerreiro, Fernanda Isabel Ramos Guerreiro de Almeida, Fernando Alberto Maia da Cruz Parreira, Fernando Manuel da Conceição Guerreiro, Fernando Manuel Martins da Silva Peixeiro, Florival Matos Silvestre, Francisco

14-12-2017

António Caetano Lampreia, Francisco Manuel Silva Martins, João Palma Quaresma, Manuel António Dinis Coelho, Manuel Inácio Dias Pereira, Manuel de Matos Sobral Penedo, Maria da Glória das Neves Gonçalves Pacheco, Maria Luísa Vilão Palma, Maria Manuela Gonçalves Moreira, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Miguel Forte Prista Monteiro, Nádia da Conceição Bértolo, Nuno Góis da Costa Nogueira, Nuno Miguel dos Santos Cunha Duarte, Pedro Alexandre Guerreiro Paleta, Pedro Bruno Oliveira de Almeida, Pedro Miguel Bernardino Gonçalves, Rita Isabel da Costa Lourenço Dias, Teresa Alexandra Pereira Bernardino e Vera Lúcia Montes Raposo, e a ausência do Senhor Manuel da Silva Cruz.-----

----- Confirmando-se o quórum, pelas vinte horas e quarenta minutos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão.-----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os Senhores José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal; Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Deolinda Maria Pinto Bernardino Seno Luís, Telma Cristina Felizardo Guerreiro e Pedro Miguel Viana Rebelo Ramos, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista; e Ricardo Jorge Ruas Cesário e Ana Lúcia Salgado Vaz, Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

----- Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores, verificou-se que à Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal realizada no dia dezoito de outubro e à Sessão Extraordinária de vinte e nove de novembro do corrente ano, não se registaram faltas injustificadas.-----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

----- Não se registou qualquer intervenção por parte do público presente.-----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA: A) ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA,

14-12-2017

QUADRIÉNIO DOIS MIL E DEZASSETE A DOIS MIL E VINTE E UM, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE; B) ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

----- Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das atas em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a leitura, sendo imediatamente submetidas à apreciação.-----

-----A) ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA, QUADRIÉNIO DOIS MIL E DEZASSETE A DOIS MIL E VINTE E UM, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E

DEZASSETE: Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente ata, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----B) ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE:-----

-----Interveio o Senhor Cláudio Percheiro que referiu que na apreciação e deliberação do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira não estavam visíveis os dois momentos de apreciação e deliberação do assunto, na generalidade e na especialidade. Relembrou que nas propostas apresentadas pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária relativas ao texto do Regimento, referiam que nunca votariam a favor dos artigos trigésimo e trigésimo primeiro, facto que não está explícito na ata.-----

14-12-2017

----- Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que lembrou que na última sessão da Assembleia Municipal tinha ficado acordado que, após a receção dos textos das atas, se fosse detetado algum lapso, seria dado conhecimento ao núcleo de apoio da Assembleia Municipal para verificar previamente a pertinência da inclusão, antes de submetê-la à apreciação do Órgão, evitando que em todas as sessões se estivesse constantemente a adiar a aprovação dos textos das atas.-----

----- Interveio novamente o Senhor Cláudio Percheiro que informou que não tinha comunicado esse lapso por falta de tempo, porque os dois dias para apreciação de toda a documentação da Ordem de Trabalhos da presente sessão são manifestamente insuficientes. ----

----- Não se registando mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o texto da ata em apreço tal como estava redigido, o qual foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto dois:** APRECIÇÃO DE EXPEDIENTE: Embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde o início do presente Mandato, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respetivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto três:** APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O

14-12-2017

CONCELHO: -----

-----Interveio o Senhor Francisco Martins que, em nome dos Eleitos pelo Partido Socialista, apresentou o VOTO DE LOUVOR que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

----- **“VOTO DE LOUVOR** -----

-----Os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odemira propõem um Voto de Louvor à Dr.^a Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha.-----

-----Natural da freguesia de Colos, a Dr.^a Natália Cabecinha tem desde sempre demonstrado, através da sua atividade cívica e profissional, o enorme apreço que tem pelo concelho de Odemira.-----

-----Professora de Geografia de Formação, tem ao longo dos últimos anos desempenhado o cargo de Diretora Pedagógica do Colégio Nossa Senhora da Graça e Vice-Presidente do Instituto Nossa Senhora de Fátima, ambos em Vila Nova de Milfontes. A Dr.^a Natália Cabecinha tem diariamente a seu cargo a responsabilidade de gerir professores, colaboradores e alunos que, através de um trabalho conjunto, contribuindo para que este estabelecimento de ensino tenha o reconhecimento a nível nacional e internacional nos projetos que desenvolve e dinamiza.-----

-----Durante dois mandatos consecutivos (2009/2013 e 2013/2017), os Odemirenses confiaram à Dr.^a Natália Cabecinha a Presidência da Assembleia Municipal de Odemira. Desempenhou este cargo de forma impar com a dignidade, imparcialidade, mas também com o rigor e ponderação que este órgão o exige. Soube igualmente representar, com elevação, o concelho de Odemira nos atos oficiais a que foi chamada a participar. -----

-----Foram oito anos em que representou em conjunto com os Deputados Municipais todos os cidadãos e cidadãs de Odemira, trazendo à Assembleia Municipal a abertura para a discussão dos mais variados temas, alguns deles bastante sensíveis e relevantes para o concelho, mas sempre com o imperativo de que a Democracia nos permite dar a conhecer os

14-12-2017

mais variados pontos de vista e desenvolver soluções que contribuam para a resolução de problemas através de um consenso alargado. -----

----- Assim, pela forma como a Dr.^a Natália Cabecinha dignificou esta Assembleia Municipal, propõe-se a aprovação por unanimidade deste Voto de Louvor a todas as forças políticas representadas neste órgão.-----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017-----

----- Os Eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação do Voto de Louvor em causa, por escrutínio secreto, de acordo com o número três do artigo quinquagésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, tendo-se apurado o seguinte resultado:-----

----- Votantes: trinta e dois;-----

----- Votos Brancos: zero;-----

----- Votos Nulos: zero; -----

----- Votos a Favor: trinta; -----

----- Votos Contra: zero; -----

----- Votos (Abstenção): dois.-----

----- O Senhor Cláudio Percheiro manifestou o seu desacordo relativo à forma como foi dado o uso da palavra a cada pessoa inscrita, uma vez que os eleitos da Coligação Democrática Unitária haviam colocado o braço no ar em primeiro lugar. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que com a elevada quantidade de solicitações de inscrição para intervir neste ponto, efetuadas por braço no ar e em simultâneo, não foi possível aferir quem se inscreveu em primeiro lugar, pelo que iria seguir a ordem fornecida pela Mesa da Assembleia Municipal, que foi a ordem de inscrição por fila, da mais próxima à mais distante da mesa, seguindo-se a intervenção do Senhor Pedro

14-12-2017

Almeida. -----

-----Interveio o Senhor Pedro Almeida que, em nome dos Eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a DECLARAÇÃO POLÍTICA que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

----- **“DECLARAÇÃO POLÍTICA DOS ELEITOS DO PS** -----

-----20 ANOS DE GOVERNAÇÃO SOCIALISTA EM ODEMIRA -----

-----A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas”. A partir desta citação de Benedict (1972) e Laraia (2001) que transportamos para o espectro político, poder-se-á concluir que a natureza dos homens não é diferente. O que os distingue será a forma de observar o que os rodeia e da sua interpretação individual (por isso distinta) resulta a capacidade de fazer realmente diferente e, de preferência, melhor. A eficácia das suas ideias e ações será pois mais ou menos satisfatória e, em conformidade, merecerá maior ou menor aceitação do grupo ou comunidade a que se destinam. -----

-----Foi a esse teste que se submeteram os candidatos do Partido Socialista de Odemira quando se apresentaram às primeiras eleições autárquicas realizadas em Portugal, decorria o ano de 1976. O tempo era de transição política, social e cultural consequente da Revolução do 25 de abril de 1974, que punha termo a 41 anos de ditadura. Cabiam ali todos os sonhos, reconstruía-se a cultura e a identidade do nosso povo, projetando os discursos de Abril um novo amanhã. -----

-----Abril trouxe a esperança mas também um compromisso de responsabilidade, já que importava envolver os portugueses na construção do seu futuro coletivo, introduzindo um conceito essencial para essa evolução: a cidadania, enquanto sinónimo de democracia, participação e compromisso com uma nova sociedade que emergia. São assim implementadas as campanhas de dinamização cultural e ação cívica pelo Movimento das Forças Armadas e procura-se democratizar o povo, sem imposições culturais ou ideológicas, respeitando as

tradições e costumes regionais. É neste quadro que se desenvolvem ações de alfabetização, socialização política, animação cultural e educação sanitária, com o empreendedorismo de estudantes, artistas e técnicos de saúde. A ação deste movimento apartidário viria a perder ímpeto com a ascensão do PCP neste processo o que, numa fase inicial, viria a beneficiar também no Alentejo e em Odemira, o lado da oposição ao PS. -----

----- O Partido Socialista não venceu as primeiras eleições autárquicas à Câmara Municipal em 1976, como também não ganhou os seguintes quatro momentos eleitorais. Nesse período de maior complexidade, os candidatos pelo PS assumiram o compromisso de trabalhar para um concelho melhor e desenvolvido, à imagem de um país que, também ele, se queria regenerar e modernizar. -----

----- Os candidatos do Partido Socialista traduziam o entusiasmo próprio do seu tempo, manifestando a sua disponibilidade, esperança e convicções, pretendendo fazer diferente e fazer melhor, de acordo com a sua forma, também ela diferente de observar o que se passava ao seu redor. --- -----

----- Através da Declaração Política que apresenta hoje à digníssima Assembleia Municipal, o Partido Socialista de Odemira homenageia homens como Guilherme Aurélio Rebocho, José Manuel Prates Dordio, Humberto Inácio Encarnação, José Viegas Correia e António Camilo que encabeçaram as respetivas listas à Câmara Municipal de Odemira e que, não ganhando naqueles anos, venceram. Venceram porque apresentaram um caminho de alternativa e de confiança que a maioria dos Odemirenses saberia vir a reconhecer posteriormente.-----

----- Igualmente homenageia todos os seus candidatos e eleitos à Assembleia Municipal e às diferentes Assembleias de Freguesia, que contribuíram para tornar o Partido Socialista a maior força política do nosso concelho, recordando os presidentes da Assembleia Municipal que representaram de forma elevada e distinta o Partido Socialista e esta Casa durante os

últimos 20 anos: Manuel Amaro (1998-2001), Manuel Coelho (2002-2009), Natália Cabecinha (2009-2017) e, atualmente, Ana Aleixo. Igualmente de referir a sua organização local, datada de 2 de fevereiro de 1975, que teve na sua fundação a representação de largas dezenas de Odemirenses e que foi fulcral na sua resiliência e persistência para a afirmação do PS no concelho, destacando-se no seu período mais crítico, nomes como Augusto Camacho, Humberto Encarnação, Joaquim Bebiana ou Francisco José Pimenta, entre outros. -----

-----O ano de 2017 assinala os 20 anos de governação socialista ininterrupta até aos nossos dias do maior concelho de Portugal, iniciada em 1997 com a histórica vitória do Partido Socialista, liderado por António Camilo e que se traduziu numa maioria absoluta com 46,34% dos votos expressos. Uma vitória que se repetiu nas autárquicas de 2001, (com 53,10%) e de 2005 (com 48,44% dos votos). -----

-----Durante os primeiros três mandatos socialistas, António Camilo formou uma equipa jovem e determinada que governou com vereadores como António Afonso, Carlos Oliveira, José Alberto Guerreiro, Hélder Guerreiro e José de Matos. Acreditou e defendeu uma geração rotulada de “rasca”, cujos ecos das suas reivindicações continuaram a soar, permitindo integrar os mais jovens. O PS fê-lo, e fê-lo continuando a praticar uma política de igualdade de oportunidades. E tanto que fez por Odemira e pelos Odemirenses... -----

-----Com a vitória do PS, Odemira ganhou! -----

-----Iniciando um novo ciclo de renovação e correspondendo a novos desafios colocados ao território, o projeto político do PS voltou a reunir a preferência dos Odemirenses, que confiaram a José Alberto Guerreiro os destinos do nosso concelho por mais três mandatos consecutivos. Assim aconteceu em 2009, alcançando 46,56% dos votos, em 2013, com 51,08% e em 2017, com 55,74% dos votos, o que se traduziu em outras tantas maiorias absolutas e com resultados extraordinários, nomeadamente nas últimas duas eleições onde se elegeram cinco mandatos. Teve a seu lado Hélder Guerreiro, Sónia Correia, Ricardo Cardoso, Deolinda Seno

14-12-2017

Luís, Pedro Ramos, Telma Guerreiro e Raquel Silva, que assumiram as funções de vereadores.-

----- Também José Alberto Guerreiro conheceu uma “geração à rasca” e apartidária que, em 2011 gritou contra a precaridade no trabalho e reivindicou melhores condições de vida. Foi um período difícil... Odemira resistiu à austeridade que o Governo de Direita implementou sob orientações da Troika, conheceu uma reorganização administrativa que irritou o país, mas soube continuar o seu rumo de desenvolvimento e afirmação. -----

----- Mais do que os indicadores ou os números, para o Partido Socialista as pessoas estão em primeiro lugar, é para as pessoas que se governa. Na centralidade da nossa ação, importa os nossos munícipes, mas também os decisores e os executantes das decisões políticas e quem nos procura para investir, para trabalhar e visitar. -----

----- Já aqui nos referimos a pessoas que contribuíram, de formas diferentes, para estes 20 anos de governação socialista no Município de Odemira. Por fim, uma palavra para os partidos da oposição que, ao longo destas duas décadas, também contribuíram para que as nossas decisões fossem mais justas, sustentadas e adequadas a cada momento. Não governamos sozinhos e apesar das sucessivas maiorias absolutas, respeitamos todos e reconhecemos publicamente os seus contributos.-----

----- Com rigor, responsabilidade e compromisso, os eleitos do Partido Socialista traçaram um rumo de confiança que será concretizado em conjunto, sempre com os interesses do concelho de Odemira em primeiro lugar. Não temos dúvidas de que vivemos num concelho melhor. Não temos dúvidas de que seguimos o caminho certo... -----

----- Durante os últimos 20 anos, Odemira viu melhorados os seus principais indicadores de desenvolvimento de uma forma que nos satisfaz e orgulha, embora não nos conforme totalmente. -----

----- Investiu-se na habitação social, em zonas de indústria ligeira, na rede vária municipal, em redes de água e de esgotos e em novas eletrificações. -----

14-12-2017

-----Investiu-se, de forma justíssima, em infraestruturas de apoio social, nomeadamente em estruturas residenciais e centros de dia para idosos, mas também apoio especializado a cidadãos portadores de deficiência. -----

-----Deu-se um salto quantitativo e qualitativo ao nível dos equipamentos desportivos, concretizando-se o Complexo Desportivo Municipal com as valências de futebol, atletismo, natação e desportos indoor, e diversos pavilhões, polidesportivos e relvados artificiais um pouco por todo o concelho.-----

-----Na Educação, surgiram novos estabelecimentos de ensino no concelho, como as EB 2,3 de S. Teotónio, de Colos e de Sabóia, ou o Centro Escolar da Boavista, renovando-se outros equipamentos. Também equipamentos culturais em Vale de Santiago, Brejão e Longueira, adquiriu-se o Cerro dos Moinhos Juntos, concretizou-se o Centro de Valorização da Viola Campaniça, em S. Martinho, o Quintal da Música e o Centro de Valorização da Cultura Local, em Odemira, sem esquecer a dinamização da Biblioteca Municipal José Saramago ou a recuperação do Cineteatro Camacho Costa. -----

-----Ao nível do desenvolvimento económico, implementaram-se modelos inovadores de apoios municipais ao investimento e à criação de emprego, como o Odemira Empreende, com largas dezenas de projetos particulares aprovados, ou a Bolsa de Emprego e o Prémio Municipal Espírito Empreendedor. Requalificaram-se núcleos urbanos e zonas costeiras, investiu-se em infra-estruturas portuárias para a pesca artesanal, desassoreou-se a foz do rio mira e, no setor do turismo, Odemira é já um destino de referência pela excelência da sua oferta hoteleira, gastronómica, paisagística e de inúmeras atividades de lazer complementares que disponibiliza, seja no litoral seja no interior, onde neste último se investiu com critério na barragem de Santa Clara e na própria aldeia.-----

-----No campo da cidadania, concretizamos o Orçamento Participativo Municipal e, mais recentemente, implementámos os Orçamentos Participativos nas Juntas de Freguesia.

14-12-2017

Lançámos também as Assembleias Municipais e as reuniões de Câmara Municipal descentralizadas, ainda a iniciativa Sentir Odemira ou as Comissões Interfreguesias, no âmbito da Rede Social. Trabalhámos o projeto Odemira Integra, os Planos municipal e intermunicipal para a Igualdade de Género e uma política local no âmbito do envelhecimento ativo e da promoção de estilos de vida saudáveis e tantos outros projetos transversais, com a participação de diversos parceiros locais. -----

----- Há ainda trabalho a acontecer com a Juventude, e há tanto trabalho feito que “não se vê”... -----

----- Na promoção da nossa identidade, do nosso território, dos valores patrimoniais, culturais e humanos, temos dado cartas, arrecadando diversos prémios nacionais e internacionais. A Marca Odemira está a crescer e a valorizar-se a cada dia que passa.-----

----- O Partido Socialista só pode estar orgulhoso da sua dedicação a este Território e às suas Gentes, bem como do resultado do seu trabalho em prol do nosso concelho, realizado nos últimos 20 anos, reconhecendo e agradecendo publicamente a todos quantos fizeram parte desse processo construtivo a seu lado. -----

----- **JUNTOS VAMOS EM FRENTE, SEMPRE POR ODEMIRA!**” -----

----- Interveio o Senhor Manuel Coelho que, em nome dos Eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a **MOÇÃO** que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

----- **“MOÇÃO**-----

----- **ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ODEMIRA**-----

----- Considerando que: -----

----- - o Estabelecimento Prisional de Odemira foi criado em 1995 para dar resposta às necessidades de alojamento da população feminina no sul do país; -----

----- - no ano de 2005 foi anunciada a intenção governamental de fechar aquele estabelecimento; -----

14-12-2017

----- - na sessão ordinária de 23/12/2005 a Assembleia Municipal de Odemira debateu a anunciada intenção de fechar aquele estabelecimento prisional, tendo então sido aprovada uma moção a repudiar o fecho e a disponibilizar-se para se associar ao Executivo Camarário e a outras entidades públicas ou privadas com a finalidade de se organizar e liderar um movimento e um conjunto de diligências no sentido de evitar o encerramento;-----

----- - que neste ano de 2017 foi anunciado novamente a intenção governamental de fechar o mesmo estabelecimento: -----

----- - o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, no discurso da recente tomada de posse com os restantes autarcas dos órgãos municipais, se insurgiu contra esta nova e atual intenção de encerrar o estabelecimento Prisional de Odemira; -----

----- - que têm sido realizadas obras de melhoramento nas instalações do Estabelecimento Prisional de Odemira com investimentos significativos, nomeadamente a instalação de painéis solares e sistema de caldeiras; -----

----- - que a direção do Estabelecimento Prisional de Odemira tem uma articulação funcional com as entidades locais na reintegração das reclusas no mercado de trabalho, tendo consistentemente colocação para as reclusas no mercado de trabalho local quer seja no Município de Odemira ou nas diversas empresas agrícolas da região (como a Vitacress ou a Driscolls);-----

----- - que a existência deste Estabelecimento nesta região é um fator importante de combate à desertificação do território e ao mesmo tempo um incentivo ao crescimento económico, sendo o próprio Estabelecimento Prisional de Odemira um empregador de diversos funcionários que estabeleceram família e morada neste concelho;-----

----- - que o Estabelecimento Prisional de Odemira proporciona alguns postos de trabalho diretos ou indiretos a munícipes do concelho de Odemira;-----

----- - que o Estabelecimento Prisional de Odemira contribui diariamente para a

14-12-2017

valorização das valências e valores dos serviços prisionais e a importância de mudança de paradigma e abordagem do tema reinserção social. -----

----- A Assembleia Municipal de Odemira, na sua reunião ordinária de 14 de dezembro de 2017, após discussão sobre o tema do encerramento do Estabelecimento Prisional de Odemira, propõe: - -----

----- I – Associar-se aos esforços já encetados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odemira no sentido de evitar o fecho daquele Estabelecimento. -----

----- II – Sugerir à Câmara Municipal de Odemira a criação de um grupo de trabalho com representantes dos diversos órgãos autárquicos do Município de Odemira, devendo este grupo conceber um plano de ação e executá-lo no sentido de sensibilizar o Governo e de obstar ao fecho daquele estabelecimento. -----

----- III – No caso de aprovação da moção, deverá esta ser amplamente difundida na imprensa local, regional e nacional e enviada para os órgãos de soberania e para os grupos parlamentares representados na Assembleia da República e para quaisquer outras entidades públicas e privadas a designar pela Presidente da Assembleia Municipal de Odemira. -----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017-----

----- Os Eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal.”-----

----- Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação da Moção em causa, a qual foi aprovada, por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- A Senhora Ana Soares apelou ao voto de todos na Proposta “Um mergulho pelo futuro”, candidatada ao Orçamento Participativo Jovem de Portugal 2017 (OPJ PT) pelos

14-12-2017

Municípios de Odemira e de Sines, e que assenta sobre dois pilares fundamentais, a identificação das zonas com necessidade de limpeza e conservação; e a educação e adoção de práticas que levam a uma maior sustentabilidade das suas zonas costeiras. Referiu ainda que a Proposta em causa contempla ações de limpeza de praias com elevado fluxo turístico, cursos e ações de mergulho com os alunos das escolas secundárias dos dois concelhos e ações de comunicação e sensibilização do projeto junto da população. -----

-----Interveio o Senhor Miguel Monteiro que, em nome dos Eleitos pelo Partido Socialista, apresentou o VOTO DE PESAR que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

-----**“VOTO DE PESAR** -----

-----Ao longo dos anos, principalmente na época de verão, fomos habituados a ver a abertura de noticiários televisivos com a informação de fogos florestais no país, em que só vai variando a dimensão e/ou local do flagelo. Infelizmente notícias destas deixaram de o ser: notícias. -----

-----O ano que agora termina ficará para sempre na nossa memória. Os fogos ocorridos durante todo o ano, principalmente no verão e outono, quer pela sua violência, quer pela sua dimensão, transformaram este ano naquele em que mais área ardeu e mais vítimas mortais houve registo. -----

-----São preocupantes e aterradores, os números oficiais, até ao dia 31 de outubro: mais de 100 mortes diretas e indiretas e cerca de 442.418 ha ardidos (números do ICNF). E quando analisamos que a média da área ardida nos últimos 10 anos foi de 83.780 ha, percebemos ainda melhor a dimensão desta tragédia. -----

-----Não nos podemos esquecer, jamais, dos dias mais dramáticos deste ano, no que a esta matéria diz respeito: -----

----- - 17 junho, a morte de 64 pessoas e uma área ardida de cerca de 155000 ha nos vários dias que durou este incêndio. -----

14-12-2017

----- - 16 outubro, 45 mortes contabilizadas e cerca de 120000 a 150000 ha de área ardida, com recorde de 50000ha ardidos em 24 horas e recorde do número de ignições. Impressionante! Onde largas centenas de casas, muitas de 1ª habitação, parques industriais, comércios, animais, campos agrícolas, foram reduzidos a cinzas pela força voraz das chamas. --

----- Tal drama foi combatido de forma heroica por homens e mulheres, bombeiras e bombeiros de norte a sul do país, a quem prestamos o nosso agradecimento, salientando as corporações de bombeiros do concelho de Odemira. -----

----- De uma vez por todas, os especialistas da área e os legisladores, têm que arranjar estratégias e políticas florestais que previnam a repetição destas calamidades, independentemente dos fogos serem de origem criminosa, negligência humana ou de causas naturais. -----

----- Em consideração com o que atrás se escreveu, a Assembleia Municipal de Odemira, reunida a 14 de dezembro de 2017:-----

----- 1º) manifesta a todos os autarcas dos concelhos afetados pelas chamas a sua solidariedade institucional e dirige um voto de pesar por todos aqueles que pereceram nos incêndios supra citados, bem como às restantes vítimas e familiares. -----

----- 2º) guardará um minuto de silêncio em memória e como singela homenagem a todas as pessoas que faleceram em consequência dos referidos fogos florestais. -----

----- 3º) transmite o presente voto, manifestando o profundo pesar e sentida solidariedade de todos os Odemirenses, às Assembleias Municipais de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Santa Comba Dão, Oliveira do Hospital, Tondela, Tábua, Nelas, Penacova, Arganil, Lousã, Vila Nova de Poiares, Oleiros, Marinha Grande, Gouveia, Seia, Oliveira de Frades e Vouzela. -----

----- 4º) transmite o presente voto aos Bombeiros Voluntários de Odemira e Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Milfontes. -----

14-12-2017

-----Odemira, 14 de Dezembro de 2017-----

-----Os Eleitos do PS na Assembleia Municipal de Odemira.”-----

-----Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação do Voto de Pesar em causa, o qual foi aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o Senhor Nuno Góis Nogueira que, em nome dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou dois REQUERIMENTOS que seguidamente se transcrevem na íntegra:-----

-----“Exma. Senhora -----

-----Presidente da Assembleia Municipal de Odemira-----

-----Os eleitos abaixo assinados, nos termos do regimento e das atribuições e competências que por lei lhe são conferidas, apresentam o seguinte: -----

-----**REQUERIMENTO**-----

-----A população de S. Luís, Vale Bejinha, Carrasqueira tem direito a usufruir de água para consumo humano com qualidade e em quantidade. -----

-----Esteve prevista a construção de uma conduta adutora trazendo água do Concelho de Santiago do Cacém, nos termos do acordo com a AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo, servindo várias povoações no seu percurso, tendo sido indicado que a obra seria iniciada no ano de 2014, conforme plano de investimentos que nos foi distribuído.-----

-----Afinal tudo não passou de intenções. Nada se fez até aos dias de hoje! Porquê?-----

-----Negligência? Prioridade a outros investimentos menos urgentes?-----

14-12-2017

-----Nós eleitos da CDU do concelho e bem como os nossos representantes em todos os poderes Regionais e Nacionais, assumimos o compromisso de tudo fazer para combater situações de desrespeito pelas populações, além de que: -----

----- - Não concordamos que a população de S. Luís continue sem estar abastecida de água para consumo humano com qualidade e quantidade.-----

----- - O Povo da freguesia de S. Luís merece mais respeito e tem direitos.-----

----- - Este investimento é por nós considerado como primeira prioridade na parceria com a empresa AMGAP nos investimentos a realizar no Concelho de Odemira. -----

-----Porque consideramos que este assunto merece uma urgente tomada de medidas ponderadas, solicitamos: -----

----- - Que o Senhor Presidente da Câmara Municipal nos informe qual a data prevista do inicio das obras necessárias com vista ao abastecimento de água à Aldeia de S. Luís, Vale Bejinha, Carrasqueira. -----

----- Qual o traçado previsto da conduta e qual a fonte base de alimentação dessa conduta. -

-----Porque se houve dizer que a água será captada do canal de rega, sendo canalizada depois para os tanques de Vila Formosa e através da conduta existente na Ponte sobre o Rio Mira, indo aos depósitos e servindo S. Luís e Cercal do Alentejo.-----

----- Perguntamos: -----

----- - Foi estudada a hipótese de saída da água tratada pela ETA que serve o Cruzamento do Almogrove, Longueira e Almogrove, atravessando o Rio Mira e servindo Carrasqueira, Vale Bejinha, S. Luís e até talvez Cercal do Alentejo?-----

----- Que estudos económicos foram realizados? Caso tenham sido realizados requeremos a entrega de um exemplar desses estudos. -----

----- Sabendo-se que a atual conduta existente na Ponte sobre o Rio Mira já é insuficiente para o abastecimento de Vila Nova de Milfontes, sendo do nosso conhecimento a intenção do

14-12-2017

Plano Diretor com vista à legalização das áreas clandestinas, o que daí resultará um aumento habitacional dos aglomerados existentes, -----

-----Perguntamos:-----

----- - Para quando está prevista a construção ou substituição da conduta existente na Ponte sobre o Rio Mira para que em Vila Nova de Milfontes não vá faltar o abastecimento de água?-----

-----Ou estaremos perante alguns outros interesses?-----

-----Odemira, 14 de Dezembro de 2017-----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal”-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, será dado o devido encaminhamento do Requerimento em apreço para o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----“Exma. Senhora -----

-----Presidente da Assembleia Municipal de Odemira-----

-----Os eleitos abaixo assinados, nos termos do regimento e das atribuições e competências que por lei lhe são conferidas, apresentam o seguinte: -----

-----**REQUERIMENTO**-----

-----Há mais de uma década que a ETAR de S. Luís deixou de funcionar, sendo impressionante o cheiro nauseabundo, a presença de mosquitos e o mau estar que os moradores dos Bairros próximos sofrem diariamente em suas casas e na rua, pelo abandono a que a mesma está votada. -----

-----Com a falta de chuva, os dejetos despejados diretamente da ETAR para o ribeirão que dá ligação à Ribeira do Torgal, Pego das Pias e Rio Mira, provoca uma acumulação anómala, pelo que estamos na presença de um verdadeiro atentado ao ambiente, que urge dar uma resposta eficaz. -----

14-12-2017

-----Porque consideramos que este assunto merece uma urgente tomada de medidas, solicitamos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal nos transmita as informações a seguir discriminadas:-----

----- - Qual da data prevista para início da construção da nova ETAR?-----

----- - Até ao início da construção da ETAR estão previstas algumas medidas imediatas que permitam pôr termo ao mau cheiro existente e a presença dos mosquitos?-----

----- - Está prevista a tomada de medidas urgentes para não serem cobradas na fatura mensal, aos moradores, as taxas de saneamento de águas residuais por um serviço que não lhes está a ser prestado com qualidade devida e ser-lhes restituído o valor que consideramos que tem sido cobrado indevidamente? -----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017-----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal”. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, será dado o devido encaminhamento do Requerimento em apreço para o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Interveio o Senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador e Santa Maria que, em nome dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou o REQUERIMENTO que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“Exma. Senhora -----

-----Presidente da Assembleia Municipal de Odemira-----

-----Os eleitos abaixo assinados, nos termos do regimento e das atribuições e competências que por lei lhe são conferidas, apresentam o seguinte: -----

-----**REQUERIMENTO**-----

-----Os cidadãos do Concelho de Odemira na última década foram votados ao esquecimento e abandono pelos sucessivos governos e pela irresponsabilidade e falta de

14-12-2017

respeito democrático por parte dos gestores que governam esta Região e este Concelho. -----

-----Fecharam escolas primárias, fecharam extensões de saúde, fecharam postos da GNR, eliminaram Juntas de Freguesia, acabaram serviços públicos fundamentais, esvaziaram outros, estradas nacionais abandonadas, mais de um milhar de cidadãos que não têm médico de família. - -----

-----Com o interior do concelho envelhecido e votado ao abandono, o suicídio no interior é infelizmente um realidade, tendo os maiores índices do País. A juventude sem trabalho, sem futuro, foge procurando a sobrevivência longe da sua terra que os viu nascer. -----

-----Apesar da imagem que acabamos de retratar, queremos aqui continuar a viver, mas exigimos que sejam tomadas algumas medidas urgentes que diminuam o risco em que vivemos diariamente.-----

-----Sabem V. Exas. que o Centro de Saúde de Odemira não tem um simples gerador que possibilite produzir energia para poderem ter meios para socorrer os cidadãos que ali têm de se deslocar, quando a EDP falha o fornecimento de energia?-----

-----No inverno é muito habitual haver dias que não temos energia elétrica e por vezes durante horas. Mais um inverno se aproxima e será que vamos continuar sem ter este simples equipamento instalado (gerador?)-----

-----Sabem V. Exas. que em caso de intempérie, como a ocorrida em 1997 o único acesso ao Centro de Saúde encontra-se em leito de cheia? -----

-----Há 20 anos que esta situação está por resolver. Quanto teremos esta situação acautelada e resolvida? -----

-----As preocupações que aqui deixamos e pelos direitos de cidadania que merecemos num Estado Democrático em que vivemos, nos termos da Constituição da República exigimos uma resposta breve na resolução destes problemas que afetam o maior Concelho do nosso País.

-----Este requerimento deve ser enviado a: -----

14-12-2017

----- - Sua Excelência o Senhor Presidente da República -----

----- - Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República-----

----- - Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro-----

----- - Sua Excelência o Senhor Ministro da Saúde -----

----- - Aos Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

----- - À Autoridade de Saúde do Litoral Alentejo -----

----- - Ao Executivo da Câmara Municipal-----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017-----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal”. -----

----- O Senhor Mário Santa Bárbara acrescentou ainda que, aquando das intempéries de mil novecentos e noventa e sete, por deliberação da Câmara Municipal, foi decidido que o gerador que se encontrava em Luzianes-Gare seria colocado no Centro de Saúde de Odemira, no entanto, até à data nada tinha sido feito. -----

----- Em relação ao Requerimento em apreço a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que nos termos da a) do número dois do artigo quinze do Regimento da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia Municipal considera que a última parte do Requerimento consubstancia uma Proposta, porque se solicita o endereçamento do documento a um conjunto de entidades e não apenas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Nessa conformidade, questionou os eleitos da Coligação Democrática Unitária se pretendiam converter essa parte do alegado Requerimento em Proposta, para que fosse submetida à votação dos membros da Assembleia Municipal se pretendiam o envio da mesma. -----

----- O Senhor Cláudio Percheiro informou que os eleitos da Coligação Democrática Unitária entendem que o documento é para ser enviado às entidades referidas para que se pronunciem e, sendo assim, seria convertida em Proposta. -----

----- Nessa conformidade, procedeu-se à votação da Proposta em causa, a qual foi

14-12-2017

rejeitada, por maioria, com dezoito votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, três abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o Senhor Daniel Balinhas, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias que, em nome dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou o REQUERIMENTO que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

-----“Exma. Senhora -----

-----Presidente da Assembleia Municipal de Odemira-----

-----Os eleitos abaixo assinados, nos termos do regimento e das atribuições e competências que por lei lhe são conferidas, apresentam o seguinte: -----

REQUERIMENTO

-----De acordo com o índice meteorológico de seca, no final de Outubro deste ano 75,2% do território de Portugal continental encontrava-se em situação de seca extrema e 24,8% em situação de seca severa.-----

-----Enquanto em situações anteriores o início do Outono trouxe um desagravamento da severidade, este ano verificou-se um agravamento. -----

-----Situações de seca acontecem, tal como se verificou no nosso concelho nos anos de 1994 e 1995, tendo de se transportar água a dezoito povoações, assim como períodos de cheias, como aconteceu no ano de 1997, que originaram imensos prejuízos aos nossos cidadãos, agricultores e nos equipamentos municipais (estradas, arruamentos, etars, etas). -----

-----A barragem de Santa Clara-a-Velha, uma das maiores hidroagrícolas do País, abastece os sistemas de água domiciliária de dezenas de redes públicas levando água a várias vilas, aldeias, aglomerados, representando mais de 75% do abastecimento domiciliários do concelho

14-12-2017

e irrigando a agricultura em cerca de 60% da área do Perímetro de Rega do Mira. -----

----- Além dos milhares de cidadãos que são abastecidos pelas redes domiciliárias, são irrigados os terrenos onde além da produção agro-pecuária, são imensos hoje os agricultores criadores de gado, produtores de leite, produtores de hortofrutícolas, flores, sementes, etc. -----

----- São dezenas as empresas de média dimensão que já no ano transato exportaram mais de 100 milhões de euros, além de algumas que já abastecem o mercado Nacional. -----

----- O concelho de Odemira vive hoje uma nova realidade na agricultura de regadio, sendo mais de quatro mil os emigrantes vindos de mais de 20 países, que trabalham na produção de frutos vermelhos e outros. -----

----- Uma vez que ainda podemos dizer que existe água em quantidade suficiente na nossa barragem, o investimento das empresas ligadas aos pequenos frutos, à produção de carne limousine, á produção de leite, hortícolas, flores, etc, não podem nem devem estar sujeitos às consequências de haver ou não haver água para rega, como também os cidadãos não podem viver no seu dia-a-dia sem saberem se há ou não água para beber, quando tudo pode acontecer se não forem tomadas medidas de planificação do uso. -----

----- Temos sido confrontados através dos Órgãos de Comunicação Social por afirmações de membros do Governo, de que é preciso economizarmos água, consumir só o necessário, evitar o desperdício, etc, etc, é de facto tudo verdade que devemos respeitar e pugnar. -----

----- Perguntamos: -----

----- - Que medidas vão ser tomadas pelo Governo ou por quem de direito (entidades) para que se inverta esta lamentável situação de desperdício de milhões de metros cúbicos de água tão necessária e preciosa que é descarregada no mar (Oceano Atlântico), vindos da barragem de Santa Clara-a-Velha? -----

----- - Está o governo ciente que a falta de água no concelho de Odemira pode por em causa o abastecimento público domiciliário, o Perímetro de Rega do Mira e os seus 14 mil

14-12-2017

hectares de regadio, o Turismo, a economia do Concelho e muitos milhares de postos de trabalho de largas centenas de cidadãos do concelho e milhares de emigrantes? -----

----- - Assume o Sr. Ministro da Agricultura e o Sr. Ministro do Ambiente a responsabilidade política pelo desperdício de água que se verifica no Concelho de Odemira? ----

-----Pelo que sumariamente referimos, requeremos que através da Mesa da Assembleia este requerimento seja enviado para: -----

----- - Sua Excelência o Senhor Presidente da República -----

----- - Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República -----

----- - Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro-----

----- - Sua Excelência o Senhor Ministro da Agricultura-----

----- - Sua Excelência o Senhor Ministro do Ambiente-----

----- - Aos Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República-----

----- - À Direção Regional de Agricultura do Alentejo -----

----- - À Associação de Regantes do Mira -----

----- - Aos Órgãos de Informação locais e regionais -----

-----Odemira, 14 de Dezembro de 2017-----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal”-----

-----Em relação ao Requerimento em apreço a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que nos termos da a) do número dois do artigo quinze do Regimento da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia Municipal considera que a última parte do Requerimento consubstancia uma Proposta, porque se solicita o endereçamento do documento a um conjunto de entidades, e não apenas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Nessa conformidade, questionou os eleitos da Coligação Democrática Unitária se pretendiam converter essa parte do alegado Requerimento em Proposta, para que fosse submetida à votação dos membros da Assembleia Municipal se pretendiam o envio da mesma. -----

14-12-2017

-----A Senhora Maria Luísa Palma informou que os eleitos da Coligação Democrática Unitária entendem que o documento é para ser enviado às entidades referidas para que se pronunciem e, sendo assim, seria convertida em Proposta. -----

-----Nessa conformidade, procedeu-se à votação da Proposta em causa, a qual foi rejeitada, por maioria, com dezassete votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o Senhor Pedro Gonçalves que referindo-se ao Requerimento anterior e à disponibilidade de água para consumo humano e para agricultura intensiva, informou que segundo dados do Bloco de Esquerda, atualmente a capacidade para abastecer ambas as vertentes, através da Barragem de Santa Clara-a-Velha rondava os cinquenta por cento. Se previrem o pior cenário de seca e sabendo-se que a responsabilidade do Município é limitada, pois cabe à Associação de Beneficiários do Mira a gestão, pode-se correr o risco de chegar a um ponto sem retorno e haver a necessidade de “fechar a torneira a alguém”. Nessa conformidade questionou o que o Município de Odemira tinha previsto para quando fosse necessário tomar a decisão de escolher entre abastecer a água para consumo humano ou para a agricultura.-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a Barragem de Santa Clara-a-Velha estava a cinquenta e cinco por cento da capacidade útil de disponibilidade de água e que a água ainda não estava a ser bombada. Referiu que o Município de Odemira está atento à situação e a acompanhar os trabalhos da Comissão da Seca, conjuntamente com o Ministério do Ambiente e a Agência Portuguesa do Ambiente. Disse ainda que não tinha dados concretos sobre a necessidade de ativação de um plano de contingência para a Barragem e

14-12-2017

informou que o maior consumidor de água da Barragem de Santa Clara-a-Velha são as Minas de Neves Corvo. -----

-----Ainda sobre o abastecimento de água ao concelho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estavam a monitorizar alguns sistemas que pela captação subterrânea têm dado debilidades e dificuldades de alternativas de abastecimento. Informou também que no momento estavam a abastecer a partir de autotanques o sistema de abastecimento de água da Nave Redonda, de Luzianes-Gare e de Relíquias, sendo estes dois últimos da responsabilidade da gestão da AgdA, S.A..-----

-----Interveio o Senhor João Quaresma que, em nome dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou o REQUERIMENTO que seguidamente se transcreve na íntegra: - -----

-----“Exma. Senhora -----

-----Presidente da Assembleia Municipal de Odemira-----

-----Os eleitos abaixo assinados, nos termos do regimento e das atribuições e competências que por lei lhe são conferidas, apresentam o seguinte: -----

-----**REQUERIMENTO**-----

-----Há alguns anos, através de um abaixo assinado elaborado por vários moradores, foi requerido ao Senhor Presidente da Câmara a execução de uma pequena extensão de rede e respetivos ramais de água que abasteceriam os vários moradores desde o Cruzamento do Almogrove, o Restaurante “Nobre”, as várias habitações do lado direito e lado esquerdo da EN 393, a oficina de pintura e bate-chapas Bertolo, até à casa do “Sr. Felisberto”.-----

-----As razões do pedido apresentado devem-se à não existência de rede de esgotos na zona, existindo imensas fossas, pelo que a água que os moradores consomem têm origem em furos e poços, sendo de má qualidade. -----

-----Propuseram os moradores contribuir para as despesas desta extensão de rede, não

14-12-2017

tendo sido até hoje, infelizmente, dada qualquer resposta positiva.-----

-----Porque queremos ver este assunto esclarecido, solicitamos que o Senhor Presidente nos preste informação sobre:-----

----- - Que estudos foram efetuados para esta extensão de rede?-----

----- - Quais os custos envolvidos? -----

----- - Qual a razão para que estes moradores não tenham direito a ter acesso à distribuição de água domiciliária através da rede que serve o Cruzamento do Almogrove? -----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017-----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal”. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, será dado o devido encaminhamento do Requerimento em apreço para o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Interveio a Senhora Teresa Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare que, em nome dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou o REQUERIMENTO que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

----- “Exma. Senhora -----

-----Presidente da Assembleia Municipal de Odemira-----

----- Os eleitos abaixo assinados, nos termos do regimento e das atribuições e competências que por lei lhe são conferidas, apresentam o seguinte: -----

-----**REQUERIMENTO**-----

----- Há muito que a ETAR de Sabóia deixou de funcionar. -----

----- Os dejetos correm a céu aberto para a linha de água e tudo passa pela ETAR sem qualquer tratamento, provocando um cheiro nauseabundo e a presença de mosquitos, devido ao abandono a que a mesma está votada. -----

----- Com a falta de chuva, os dejetos despejados diretamente da ETAR para a linha de

14-12-2017

água vão para o Rio Mira, provocando uma acumulação anómala, pelo que estamos em presença de um verdadeiro atentado ao ambiente, que urge dar uma resposta eficaz e uma tomada de medidas urgentes. -----

-----Têm sido vários os moradores que nos têm apresentado este problema indignados pela falta de resposta às queixas que têm apresentado. -----

-----Porque consideramos que este assunto merece uma urgente tomada de medidas, solicitamos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal nos transmita as informações a seguir discriminadas:-----

----- - Qual a data prevista para início da construção da nova ETAR ou da sua remodelação?-----

----- - Até ao início das obras da construção ou remodelação da ETAR estão previstas algumas medidas imediatas que permitam acabar com o escoamento de dejetos diretamente na linha de água?-----

-----Está prevista a tomada de medidas urgentes para não serem cobradas na fatura mensal, aos moradores, as taxas de saneamento de águas residuais por um serviço que não lhes está a ser prestado com qualidade devida e ser-lhes restituído o valor que consideramos que tem sido cobrado indevidamente?-----

-----Odemira, 14 de Dezembro de 2017-----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal”-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, será dado o devido encaminhamento do Requerimento em apreço para o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Interveio o Senhor Pedro Gonçalves, eleito pelo Bloco de Esquerda, que apresentou os seguintes documentos:-----

----- 1. **VOTO DE PESAR**-----

14-12-2017

-----José Pedro Amaro dos Santos Reis, o Zé Pedro dos Xutos e Pontapés, nasceu em Lisboa, em setembro de 1956, era aquela figura que todos nos habituamos a ver e a respeitar, por exemplo, nos vários concertos nas comemorações de Abril em Odemira. -----

-----Figura impar da cena musical em Portugal, companheiro de muitas horas e muitos concertos, lá estava ele sempre com o seu sorriso e boa disposição. -----

-----O primeiro concerto dos Xutos & Pontapés realizou-se em 13 de janeiro de 1979, nos Alunos de Apolo, em Lisboa. Depois disso a banda continuou a sua atividade alcançando grande sucesso a partir do final dos anos 80, com os hits que ainda hoje cantamos: “Contentores”, “Não sou o único”, “A minha casinha”, entre tantos outros. -----

-----Trinta e oito anos depois do início da carreira dos Xutos e Pontapés é uma honra recordar tais momentos. -----

-----Comendador da Republica e da música portuguesa a sua imagem ficará para sempre na memória dos Odemirenses.-----

-----Odemira, onde sempre houve uma forte ligação aos Xutos e Pontapés, fosse nos vários concertos nas comemorações de Abril, nas várias atuações no Festival Sudoeste, nos concertos nos primórdios da banda na Associação da Zambujeira do Mar ou nos concertos quase secretos no bar do Sargo e tantos outros pelo concelho. -----

-----Deixa na música popular e no rock uma marca inestimável, não apenas enquanto músico, mas também como divulgador de centenas de bandas e projetos que, com o seu contributo, se apresentaram em palco, em disco ou na rádio. Recordamos Zé Pedro pelo seu contributo musical e pelo seu compromisso cívico, que se cruzou em lutas determinantes contra a guerra, pela descriminalização do aborto e em defesa dos direitos sociais.-----

----- Por tudo isto, Zé Pedro foi e continuará a ser um exemplo de frontalidade, irreverência e insubmissão. -----

-----Manifesta a Assembleia Municipal de Odemira, com este voto o seu mais profundo

14-12-2017

pesar pela morte de José Pedro Amaro dos Santos Reis. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Odemira, delibera:-----

----- - Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de José Pedro Amaro dos Santos Reis (Zé Pedro), endereçando aos Xutos & Pontapés, à família, amigos e fans as suas condolências. -----

-----Depois de aprovado, este voto de pesar deverá ser remetido às seguintes entidades: ----

----- - Câmara Municipal de Odemira; -----

----- - Familiares do Falecido; -----

----- - Elementos da banda Xutos e Pontapés. -----

-----Odemira, 14 de Dezembro de 2017” -----

-----Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação do Voto de Pesar em causa, o qual foi aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----2. **PROPOSTA** -----

-----COMISSÃO PRÓ CIDADANIA-----

-----De acordo com o Regimento desta Assembleia, vem o Bloco de Esquerda propor a criação de uma Comissão que deverá debruçar-se sobre as formas de visibilidade e comunicação desta Assembleia com os cidadãos do concelho.-----

-----O Bloco de Esquerda tem algumas propostas que deseja consensualizar com todas as forças políticas, que certamente também terão as suas ideias. -----

-----Esta Comissão deverá ser composta por elementos de todos os partidos e coligações representados nesta Assembleia. -----

14-12-2017

----- (1 Mesa da Assembleia + 4 PS + 2 CDU + 1 PSD + 1 BE)-----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017” -----

----- Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação da Proposta em causa, a qual foi aprovada, por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

----- 3. **PROPOSTA** -----

----- ACESSO UNIVERSAL AOS MANUAIS ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE ODEMIRA -----

----- Considerando que, -----

----- 1) As famílias em Portugal estão entre aquelas que mais gastam com a aquisição de manuais escolares no conjunto dos países da União Europeia. -----

----- 2) O diagnóstico do problema está feito há muito tempo: o impacto da compra de manuais escolares no orçamento das famílias é demasiado grande; mantêm-se preços exorbitantes e edições luxuosas; ano após ano, acumula-se o desperdício de manuais quase novos que não voltam a ser utilizados. -----

----- 3) Segundo um Parecer do Conselho Nacional da Educação, a gratuidade dos manuais escolares é assegurada em vários países europeus. Tal como surge numa das conclusões do parecer do CNE “na maioria dos países europeus o princípio da obrigatoriedade de frequência escolar é entendido como implicando a gratuidade total dessa frequência, o que inclui todos os recursos educativos que a escola entenda necessários. Essa gratuidade total geralmente toma a forma de empréstimo no caso dos manuais escolares.” -----

----- 4) Como outros recursos de que a escola pública não pode prescindir, também os

14-12-2017

manuais escolares devem constituir uma ferramenta essencial. Até porque as dificuldades de aquisição dos manuais escolares não são exclusivas dos estratos sociais mais pobres. Na verdade, muitas famílias têm enormes dificuldades em suportar este orçamento no início do ano letivo, em particular se têm vários filhos, a frequentar níveis de escolaridade do 3º ciclo ou secundário, em que os manuais são mais caros.-----

-----5) O manual escolar é um recurso fundamental do processo educativo e deve, portanto, ser um direito de todos os alunos da escolaridade obrigatória, como condição de igualdade e equidade no processo educativo.-----

-----6) O caminho da gratuitidade implica investimentos consideráveis. É por isso que propomos a adoção de um programa faseado, que permita ao mesmo tempo construir um sistema de empréstimos universal, que forneça gratuitamente a todos os alunos do ensino obrigatório os manuais necessários ao seu processo de aprendizagem. O faseamento permite um impacto orçamental menos exigente, ao mesmo tempo que cumpre as obrigações centrais da gratuitidade da escolaridade obrigatória, em parceria com o Estado Central que a partir do ano letivo de 2018/2019 assegurará a gratuitidade integral dos manuais escolares até ao 2º ciclo de ensino para os alunos residentes no concelho de Odemira, matriculados na Escola Pública. --

-----7) Sobre o sistema universal de empréstimo é útil retomarmos algumas das conclusões do Parecer do CNE no que toca às experiências noutros países. Diz o referido parecer: “a tendência é para considerar que a devolução e reutilização dos manuais não só diminui a despesa do Estado como é educativa por ensinar a cuidar dos livros, a partilhá-los com os outros e a evitar o desperdício. Entende-se ainda como uma forma de aprendizagem da responsabilidade, do respeito pelos outros, pelo que é comum e pelo ambiente”. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Odemira delibera que: -----

-----1) No ano letivo de 2018/2019, a Câmara Municipal de Odemira garanta a gratuitidade dos manuais escolares para todos os alunos, residentes no concelho de Odemira,

14-12-2017

até ao 3º ciclo matriculados na Escola Pública do Município de Odemira;-----

-----2) No ano letivo de 2019/2020, a Câmara Municipal de Odemira garanta a gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos residentes no concelho de Odemira, matriculados na Escola Pública no Município de Odemira;-----

-----3) Na medida em que o Estado central venha a assumir o financiamento dos manuais escolares, a Câmara Municipal de Odemira alargará o apoio às fichas de exercícios;-----

-----4) Sejam criadas Bolsas de Empréstimo e Reutilização de Manuais Escolares em todas as Escolas do Município.-----

-----A presente Proposta a ser aprovada deverá ser remetida às seguintes entidades:-----

----- - Assembleias de Freguesia do Concelho de Odemira;-----

----- - Câmara Municipal de Odemira;-----

----- - CNIPE-Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação;

----- - CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais;-----

----- - Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----

----- - Ministério da Educação;-----

----- - Todas as Associações de Pais do Município de Odemira;-----

----- - Todas as Associações de Estudantes do Município de Odemira;-----

----- - Todas as escolas públicas do Município de Odemira.-----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017”-----

-----Interveio o Senhor Manuel Coelho que referiu que se tratava de uma proposta bem pensada e politicamente muito oportuna, no entanto, considerou que o que era excelente nem sempre era possível concretizar no tempo em que se propõe. Considerou que, no momento, não podiam comparar a situação com as propostas implementadas em Lisboa, porque têm outras condições financeiras que Odemira não tem. Embora considere que se trata de uma ideia correta, não deviam impô-la à Câmara Municipal, sem nomeadamente se efetuar um estudo

14-12-2017

específico sobre o financiamento daquela matéria. Relembrou ainda que contrariamente ao que o proponente tinha referido, aquela proposta não incluía todas as escolas do concelho, porque no texto referia a “Escola Pública” e, por exemplo, o Colégio Nossa Senhora Graça de Vila Nova de Milfontes não seria abrangido.-----

-----Interveio o Senhor Francisco Lampreia, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que manifestou o seu acordo com a possibilidade de o Estado vir a financiar os livros na escolaridade obrigatória e, por esse facto, concordava com a ideia da proposta em causa; no entanto, considerava que não seria oportuno estarem a impor essa matéria ao Município de Odemira, sem a existência de um estudo prévio, devendo a Proposta configurar apenas uma recomendação ao Executivo Municipal que tomaria a decisão sobre a sua implementação.-----

-----Interveio o Senhor Pedro Gonçalves que considerou que mesmo que a Proposta fosse aprovada a sua implementação ficaria sempre dependente da boa vontade do Executivo Municipal. -----

-----Não se registando mais intervenções, procedeu-se à votação da Proposta em causa, a qual foi rejeitada, por maioria, com dezassete votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. Os Eleitos pelo Partido Socialista apresentaram a seguinte Declaração de Voto escrita:-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA -----

-----“Pese embora o mérito da proposta, votamos contra porque a mesma, que foi entregue na Mesa, discrimina as famílias e os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória em

14-12-2017

escolas e colégios reconhecidos e apoiados pelo Estado e que integram o Sistema Nacional de Educação.”-----

----- Interveio a Senhora Vera Raposo que, em nome dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou REQUERIMENTOS DIVERSOS que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

----- “Exma. Senhora -----

----- Presidente da Assembleia Municipal de Odemira-----

----- Os eleitos abaixo assinados, nos termos do regimento e das atribuições e competências que por lei lhe são conferidas, apresentam o seguinte: -----

----- **REQUERIMENTOS DIVERSOS** -----

----- Solicitamos que o Sr. Presidente da Câmara nos informe qual a fundamentação para contratação na aquisição dos seguintes serviços: -----

----- 1 – à empresa Algar Desentope, Lda pelo valor de 34.000,00 euros, quando o município dispõe de equipamentos próprios para executar estes trabalhos; -----

----- 2 – de engenharia civil ao Sr. Rui Manuel de Sousa Resende, pelo valor de 7.600,00 euros, quando o Município tem vários engenheiros no quadro de pessoal do Município? -----

----- 3 – elaboração de projeto de reabilitação da moagem de Sabóia, no valor de 50.000,00 euros ao Sr. Arquiteto José Adrião – Sociedade unipessoal, Lda, quando o Município tem no seu quadro de pessoal técnicos de qualidade para elaboração deste tipo de projetos? -----

----- 4 – elaboração de estudo de impacto económico e sócio-cultural do Festival Meo Sudoeste, pelo valor de 19.485,00 euros ao Instituto Politécnico de Beja? -----

----- Todos estes pedidos de esclarecimento têm por base a informação prestada na reunião do Executivo Municipal de 04 de outubro de 2017 pelo Senhor Presidente da Câmara dos despachos que ocorreram nos meses de Julho e Agosto e provocaram despesa. -----

----- Mais requeremos que o Senhor Presidente da Câmara nos mande entregar: -----

14-12-2017

- 1. cópias das informações que foram prestadas para aquisição destes serviços;-----
-----2. cópia dos despachos ou deliberações das reuniões que autorizaram estas despesas;--
-----3. se o Município já recebeu o estudo encomendado ao Instituto Politécnico de Beja,
solicitamos um exemplar do mesmo. -----

-----Odemira, 14 de Dezembro de 2017” -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que, nos termos do
Regimento da Assembleia Municipal, será dado o devido encaminhamento ao documento em
apreço para o Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

-----Interveio a Senhora Maria Luísa Palma que, em nome dos Eleitos pela Coligação
Democrática Unitária, apresentou o REQUERIMENTO que seguidamente se transcreve na
íntegra: - -----

-----“Exma. Senhora -----

-----Presidente da Assembleia Municipal de Odemira-----

-----Os eleitos abaixo assinados, nos termos do regimento e das atribuições e
competências que por lei lhe são conferidas, apresentam o seguinte: -----

----- **REQUERIMENTO** -----

-----Na reunião do Executivo Municipal de 03 de Agosto de 2017 apresentou o Sr.
Presidente da Câmara a Proposta nº 23/2017 P – Festival SW 2017 – Apoio Municipal, levando
para ratificação os apoios prestados para a realização do referido festival.-----

-----Apresentou diversas explicações relativamente às razões dos apoios prestados na
preparação e realização do festival Sudoeste, cuja responsabilidade pertence única e
exclusivamente à organização. -----

-----No referido documento o Sr. Presidente diz o seguinte:-----

-----“Apoios à preparação do Festival:-----

----- - O Município de Odemira participa anualmente na criação das condições para a

realização do Festival Sudoeste, participando no planeamento e acompanhamento das ações relativas à preparação prévia do festival, na desmatação, reabertura e regularização de zonas de estacionamento e caminhos de acesso; -----

----- O Município de Odemira participa ainda na Montagem do Festival com a cedência de contentores de RSU, 550 metros de gambiarras e instalação das mesmas para reforço da iluminação na zona de Camping Ocasional.-----

----- Apoios no decurso do Festival: -----

----- O Município de Odemira participa anualmente no apoio à realização do Festival Sudoeste, essencialmente com a recolha e encaminhamento de RSU indiferenciados depositados nos pontos de recolha, fornecimento de água potável à zona de Restaurantes/ Bares e Camping, controlo de descargas de efluentes provenientes da zona de Camping nas ETAR sob gestão Municipal, bem como nas vistorias realizadas pelas entidades nos termos legais. -----

----- Água Potável – A água potável só chegou ao recinto em 2013, acrescentando segurança sanitária a todos. Em 2016 foram consumidos no Festival Sudoeste (fornecidos pelo MO) um total de 652 m³ de água potável. -----

----- A recolha de Efluentes no Festival (recinto e camping) é da inteira responsabilidade da organização, que procede à operação através de operadores privados devidamente credenciados na APA, para este efeito.-----

----- Esta recolha de efluentes é efetuada por 2 empresas credenciadas que entregam os efluentes lixiviados (de Wc's compactos do festival) na ETAR das Águas de Santo André e os efluentes provenientes das 2 fossas compactas da zona de camping são entregues nas ETAR's sob gestão Municipal.-----

----- A recolha, encaminhamento e tratamento de Resíduos no Festival Sudoeste é partilhada entre a organização, o Município de Odemira, a AMBILITAL, a SPV e a Meo.-----

----- Em 2016 foram recolhidos seletivamente no Festival Sudoeste e processados pela

14-12-2017

AMBILITAL 21,06 toneladas de resíduos e pela CM Odemira 42,24 toneladas de resíduos indiferenciados. -----

-----Segurança e Saúde -----

-----A Organização conta com a presença operacional e constante desde a sua 1ª edição em 1997, dos BVO. O Festival SW tem apoio médico privado coordenado por médico especialista.-----

-----A organização disponibiliza um Spot Municipal de publicidade ao concelho de Odemira (todos os dias de concertos no Palco Principal); um Espaço no Recinto principal para Stand do Município de Odemira (600 m2); Reforço de WC's em Almogrove e Zambujeira do Mar (junto à Capela e Terminal Rodoviário); o Convite a um mínimo de 3 grupos locais de música tradicional (cante, Campaniça, outros...) Esta colaboração é voluntária e sem qualquer contrapartida.-----

-----Atualmente, o festival assume uma forte expressão no panorama de entretenimento em Portugal, sendo reconhecido como um dos principais festivais de música de Verão em Portugal, promovendo a Zambujeira do Mar e o concelho de Odemira, no País e estrangeiro, contribuindo para o acréscimo significativo de negócio dos comerciantes locais, especialmente dos serviços de transporte, alojamento, restauração e bebidas. -----

-----Propôs o Sr. Presidente à Câmara Municipal a ratificação dos atos por ele assumidos e mandados praticar por vários funcionários da Autarquia, para além do que atrás foi referido na preparação e realização do Festival Sudoeste 2017, a atribuição de subsídio, em espécie, à empresa promotora do evento "Festival MEOSW", traduzido na afetação dos seguintes RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS do Município de Odemira, entre os dias 25 de Julho a 6 de Agosto de 2017:-----

----- - 1 Viatura e operadores para recolha de RSU; -----

----- - 120 contentores 800L para RSU;-----

14-12-2017

----- - 1 trator c/ manobrador, roça-matos e jopper; 1 retroescavadora c/ manobrador;-----

----- - 1 Motoniveladora c/ operador;-----

----- - 1 barquinha c/ operador e 2 eletricistas.-----

-----Porque queremos que todo o processo seja transparente solicitamos que o Sr. Presidente da Câmara nos informe:-----

----- - Quando foi executada a renovação da rede de distribuição de água de S. Teotónio à Estibeira e a sua Extensão à zona da Casa Branca (servindo 12 habitações vizinhas), com ponto de entrega de Água Potável no recinto do festival (2013)?-----

----- - Quanto custou a extensão de rede e quem suportou esses custos? -----

----- - Qual o número de projeto no PPI da extensão de rede e em que ano foi prevista esta intervenção?-----

----- - Quem suporta anualmente os custos da água consumida na preparação e durante o Festival Sudoeste?-----

----- - Se existe contador colocado no recinto, qual é o seu número? -----

----- - Quais os consumos em cada ano desde que foi instalado o contador de água?-----

----- - Está em dívida algum consumo de água pela administração do Festival? -----

----- - Mais solicitamos cópia do projeto da extensão de rede com a localização dos contadores e ramais efetuados. -----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017” -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, será dado o devido encaminhamento do Requerimento em apreço para o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Interveio o Senhor Cláudio Percheiro que, em nome dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou o PROTESTO que seguidamente se transcreve na íntegra:----

-----**PROTESTO**-----

14-12-2017

-----Ao recebermos a documentação para a sessão desta Assembleia Municipal requerida nos termos do nº 7 do Artigo 27º, ficámos estupefactos ao abrir o envelope, ao verificarmos que não se encontrava no seu interior as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, mas sim uma informação do Núcleo de Apoio da Assembleia, assinado pela técnica Fernanda Fernandes, referindo que “o documento respeitante ao assunto em epígrafe não será enviado aos membros da Assembleia Municipal que solicitaram a documentação em suporte de papel, mas encontra-se disponível para consulta junto do Núcleo de Apoio da Assembleia Municipal”.

-----Não refere o documento se foi a mesa da Assembleia que deliberou prestar esta informação ou se foi por decisão da Senhora Presidente. -----

-----A legislação não impede, não considera inelegível, nem exige conhecimentos informáticos a qualquer cidadão para ser eleito representante do Povo em qualquer das eleições democráticas que se realizam para os diversos órgãos do Estado Português, bem como não o impede a própria Constituição da República Portuguesa. E tal como já dissemos, nem todos dispõem de equipamento adequado para poderem ter acesso a esses documentos.-----

-----Não conhecemos, nem percebemos as verdadeiras razões desta atitude ao vermos recusada a entrega do documento mais importante da autarquia para ser apreciado nesta sessão, não encontrando “razões de natureza técnica ou de confidencialidade”. Se é pelos custos essa “inverdade” com o tempo provar-se-á, pois não são uns míseros euros impossíveis de suportar pelo orçamento da Autarquia, se é por preocupações ambientais, infelizmente há imensas situações no nosso concelho de verdadeiros atentados ao ambiente. -----

-----Sabem com certeza V. Exas que todo o papel, hoje felizmente, já é reciclado e reaproveitado. -----

-----Pensamos que se tratou de uma atitude precipitada e inoportuna, lembrando as primeiras palavras proferidas pela Senhora Presidente e dirigidas a esta Assembleia no ato de posse, “apelo ao bom senso, ao debate construtivo e que todos votem em consciência,

14-12-2017

relembrando que em cada deliberação estão a legitimar decisões que irão reger o destino do concelho de Odemira”. -----

----- Pelas razões aduzidas protestamos pela decisão tomada. -----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017”. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, relembrando, em relação ao Protesto em causa, que na Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal ponderou-se acerca da forma de envio da documentação e seria certamente muito fácil ver transcrito no Regimento a obrigatoriedade de o envio ser efetuado eletronicamente. Porém, a Mesa da Assembleia Municipal entendeu verter no Regimento a regra de envio da documentação ser efetuada por via eletrónica, com a possibilidade de envio em suporte de papel a quem o solicitasse expressamente por escrito. Não obstante o apelo à poupança de meios humanos, financeiros e ambientais, a Mesa da Assembleia Municipal foi sensível à opinião manifestada por alguns membros que não dispunham de meios técnicos, nem de conhecimentos informáticos suficientes para receber a documentação via digital.-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu ainda que a mesma ponderação e bom-senso seguidos na altura pela Mesa da Assembleia Municipal, não estavam agora a ser seguidos naquele Protesto, porque lembrou que o número oito do artigo vigésimo sétimo do Regimento continha uma exceção à regra, sublinhando a expressão “*ainda que pontual*”. Lembrou que a reunião ordinária da Câmara Municipal onde foi aprovado o orçamento Municipal, se realizou no dia sete de dezembro, quinta-feira, terminou à noite e no dia seguinte era feriado, sendo que na segunda-feira imediatamente a seguir, a documentação tinha de ser remetida aos membros da Assembleia Municipal para respeitar os dois dias úteis estabelecidos por lei. Curiosamente, a grande parte dos pedidos para receção da documentação em suporte de papel, foi enviada pelos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária na referida segunda-feira. Nessa conformidade, entre a possibilidade de incumprir o prazo de

14-12-2017

entrega da documentação (pondo em causa a realização da presente sessão) e o fornecimento de um documento extremamente extenso aos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, optou-se pelo cumprimento do prazo de envio. Contudo lembrou que o documento se encontrava disponível para consulta e que também foi disponibilizado a todos os membros via digital.-----

----- Por último, referiu que estava registado o Protesto, fazendo, porém, notar que a contingência não foi de todo deliberada. -----

-----Interveio o Senhor Cláudio Percheiro que referiu que compreendia a explicação prestada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. No entanto, julgava que o Município de Odemira tinha suficientes condições humanas e materiais para o fazer, pelo que lamenta que após ter solicitado o documento o mesmo não lhe tivesse sido fornecido, lembrando que trata-se de um direito constitucional e ninguém podia impedir os eleitos de ter a documentação para poderem trabalhar. Por último, apelou para que em abril, aquando da apreciação das Contas de Gerência, não acontecesse a mesma situação, pois ambos os documentos eram instrumentos fundamentais para o concelho. -----

-----Interveio o Senhor Florival Silvestre, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago que, em nome dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou o VOTO DE PESAR que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

----- **VOTO DE PESAR** -----

-----Faleceu no dia 21 de Outubro passado Joaquim Maurício da Conceição Rosa, aos 84 anos de idade, homem que no tempo do fascismo teve de deixar a sua terra natal, emigrando para terras longínquas, na luta por condições de uma vida melhor e de sustento para sua família.

-----Logo após o 25 de Abril de 1974 destacou-se desde as primeiras horas na luta pela transformação da sua aldeia e freguesia. -----

-----Lutou para que o Povo da Freguesia de Vale de Santiago tivesse trabalho, deixasse de

14-12-2017

emigrar e aqui passassem a existir condições para todos poderem ter o pão que lhes era negado pelos grandes proprietários, para além da repressão que este povo conheceu nas lutas que travaram contra a ditadura, de que foi exemplo a luta pelas oito horas de trabalho. -----

-----O Povo de Vale de Santiago já tinha dado exemplos de ser um Povo com determinação, coragem e luta e muitos trabalhadores já tinham conhecido os calaboiços da GNR e da PIDE. -----

-----Joaquim Maurício destacou-se na luta quando naquele ano de 1975 tomando a decisão com outros camaradas, de ocupar as terras dos agrários que pouco ou nada produziam e onde eram explorados. Trabalhavam de sol a sol quando os agrários entendiam dar trabalho e pagar o que queriam que viviam na Zona de Lisboa e passavam de vez em quando pelos montes para passar férias, receberem o dinheiro da venda da cortiça, da venda dos gados e pouco mais (aliás como hoje está novamente a acontecer). -----

-----Joaquim Maurício com outros camaradas, naquele ano de 1975 constituíram a UCP- Unidade Colectiva de Produção 1918, nome que ficou celebre em todo o Alentejo, pela luta travada na aldeia pela reivindicação dum simples aumento da jorna e que motivou, por queixa dos agrários, que a Guarda Nacional Republicana com cavalos, espancasse, espezinhasse e prendesse vários trabalhadores. -----

-----Com a ocupação das terras, a gestão rigorosa e eficaz com Joaquim Maurício à frente da UCP e outros Amigos, deixou de haver desemprego na freguesia. Adquiriram-se máquinas, compraram-se gados, produziram-se culturas tradicionais e foram dados outros avanços apostando em novas culturas, fizeram-se barragens, fizeram-se regadios, repararam-se montes, limpam-se montados, deu-se uma vida nova de esperança e amor a todos os que viviam na freguesia. -----

-----Foi um sucesso o trabalho organizado, sério e competente que se desenvolveu na UCP 1918 que foi das mais bem organizadas no Concelho de Odemira e até no Distrito de Beja. A

14-12-2017

UCP não tinha dívidas e além do pagamento dos salários, distribuía géneros alimentícios pelos trabalhadores e pelas famílias mais necessitadas de toda a aldeia. -----

-----Esta UCP foi desmantelada por ordem dos contra-revolucionários, hoje chamados de “democratas” e os trabalhadores tiveram de entregar as terras aos agrários, bem tratadas, limpas e com frutos pendentes. Lamentavelmente esses senhores democratas deram aos agrários tudo de mão beijada, indemnizaram-nos e não ressarciram os trabalhadores dos direitos que lhes pertenciam. -----

-----Quem conheceu esse trabalho e quem hoje vê como são exploradas essas terras, algumas já na posse de estrangeiros, quase sem produzirem, nunca poderá deixar de reclamar que “A TERRA DEVE SER DE QUEM A TRABALHA”. -----

-----Joaquim Maurício foi um líder reconhecido, como prova a sua eleição para Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago em vários mandatos, cargo que desempenhou com grande amor e dedicação à causa pública durante mais de uma década, juntamente com outros Amigos, dando sempre provas que era possível melhorar as condições de vida para todos os que ali viviam, através da realização de obras na área do saneamento básico, de eletrificações, construção de estradas, arruamentos, na educação com melhores escolas, etc. -----

-----Destacou-se na qualidade de autarca do Concelho de Odemira, por ser amigo do seu amigo, reconhecido por todos os quadrantes políticos. -----

-----Pelas suas convicções fortes, a sua dedicação, o seu trabalho, a sua honestidade e competência fizeram dele um **HOMEM** que fica na história da Aldeia que o viu nascer. -----

-----Outra das facetas de Joaquim Maurício era o seu amor e dedicação à arte de fazer com o seu “canivete” trabalhos manuais em madeira e cortiça fundamentalmente, sendo sócio fundador da Associação de Artesãos do Concelho de Odemira (CACO) onde se destacou pela sua participação ativa mostrando a sua arte. -----

-----Por último, não podemos de deixar de enaltecer o seu espírito de camarada amigo dos

camaradas e do seu Partido, pois sempre soube respeitar e enaltecer o seu partido – o Partido Comunista Português, contribuindo ativamente na organização do trabalho militante, quer na sua freguesia quer na Comissão Concelhia onde pertenceu, destacando-se pela sua frontalidade e amor à luta dos trabalhadores. -----

----- Por todas as razões que referimos apresentamos este voto de pesar pelo falecimento, endereçando à sua família sinceras condolências dos Eleitos da Assembleia Municipal. -----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017”. -----

----- Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação do Voto de Pesar em causa, o qual foi aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. Foram apresentadas as seguintes Declarações de Voto:

----- - O Senhor Francisco Martins, eleito pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte Declaração de Voto verbal: *“Votei a favor do Voto de Pesar, contudo não concorde com o fundamento que acompanha este documento.”* -----

----- - O Senhor António Afonso, em nome dos Eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a Declaração de Voto escrita que seguidamente se transcreve: *“Os eleitos do Partido Socialista votaram favoravelmente o Voto de Pesar relativo ao falecimento do antigo Presidente da Junta de Freguesia do Vale Santiago, Joaquim Maurício, embora não se revendo no teor e fundamentação ideológica constantes da proposta. Assim, é com profundo pesar e respeito que lamentamos a sua perda enquanto pessoa que foi dedicada à causa pública no concelho de Odemira.”* -----

----- Antes de se passar ao tratamento dos assuntos agendados no Período da Ordem do Dia, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de

14-12-2017

dez minutos, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira. -----

-----Depois de verificado o quórum retomaram-se os trabalhos, tendo-se procedido à apreciação dos documentos apresentados neste ponto da Ordem de Trabalhos, cujas intervenções e deliberações se encontram descritas após a transcrição de cada documento.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que em relação aos Requerimentos apresentados responderá por escrito, nos termos da lei, e como o Regimento não estabelece um prazo encaminhará a resposta através da Mesa da Assembleia Municipal. ----

-----Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO NÚMERO DOIS, DO ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO: Foi presente o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de setembro a trinta de novembro do corrente ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. -- -----

-----Interveio o Senhor Pedro Almeida que alertou para um lapso na página número seis onde se lê “O endividamento apresenta, em 30/11/2016,...” devia ler-se: “O endividamento apresenta, em 30/11/2017,...”, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmado o lapso e sido corrigido o documento. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto dois:** 13.^a MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2017: 4.^a REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 4.^a REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE

14-12-2017

INVESTIMENTOS (PPI): Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “8 - ASSUNTO N.º 0720-2017 - 13.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2017: 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 4.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) -----

----- Foi presente a informação n.º 4306/2017, datada de 05 de dezembro de 2017, da Divisão de Gestão Interna - Setor de Gestão Orçamental e Patrimonial, a apresentar a 13ª. Modificação Orçamental relativa ao ano de 2017, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), consistindo na 4ª Revisão ao Orçamento da Despesa) e na 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresenta os seguintes valores:-----

----- ORÇAMENTO DA DESPESA: -----

----- Inscrições/reforços: 177.000,00€ (Cento e setenta e sete mil euros); -----

----- Diminuições/anulações: 177.000,00€ (Cento e setenta e sete mil euros). -----

----- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

----- Inscrições/reforços: 390.000,00€ (Trezentos e noventa mil euros); -----

----- Diminuições/anulações: 390.000,00€ (Trezentos e noventa mil euros). -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos e remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.” -----

----- Interveio o Senhor Cláudio Percheiro referiu que a proposta em causa traduzia um documento técnico e não mencionava qualquer fundamento político. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que considerou que a proposta era clara e concreta, e está exposto que se trata de uma alteração ao Plano Plurianual de

14-12-2017

Investimentos a nível das funções gerais (quarenta e quatro e quarenta e cinco), relativas ao reforço de verba para aquisição de património, cujas propostas serão ainda apreciadas pela Câmara Municipal. -----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. Os membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentaram a Declaração de Voto escrita que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----Apresentou o Executivo Municipal uma modificação orçamental e uma Revisão ao Orçamento de 2017 exclusivamente para aquisição de prédios mistos em S. Teotónio e em Boavista dos Pinheiros, cujos valores ascendem a 300 mil euros para os primeiros e 90 mil para os segundos. -----

-----Não estamos contra as aquisições de património que tenham objetivos concretos e bem definidos, não aceitamos é que não se apresentem as fundamentações das razões e dos objetivos a alcançar, exprimindo estes documentos apenas uma mera formalidade técnica.-----

-----Porque não estamos esclarecidos se existem deliberações que permitam efetuar estas aquisições, bem como se há algum compromisso para que seja possível ainda se realizarem as escrituras e os respetivos pagamentos até ao final do ano, votamos contra. -----

-----Odemira, 14 de Dezembro de 2017”.-----

-----**Ponto três: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2018**: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

14-12-2017

-----“6 - ASSUNTO N.º 0710-2017 - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2018-----

----- Foi presente a informação n.º 4287-2017/DGI, datada de 04 de dezembro de 2017, a remeter o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2018, elaborado de harmonia com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que importa, tanto na receita como na despesa, no total de 32.610.000 euros (trinta e dois milhões seiscientos e dez mil euros).-----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como a remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária. Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentaram a seguinte Declaração de Voto escrita:-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----“Sobre as propostas de documentos previsionais municipais do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2018, que têm como matriz principal o Programa de Candidatura do Partido Socialista, sufragada no dia 01 de outubro de 2017 para a Câmara Municipal de Odemira, os eleitos da CDU expressam o seu posicionamento contra.-----

-----07.12.2017”.-----

----- Interveio o Senhor Miguel Monteiro que referindo-se à página número quarenta e seis do Relatório, solicitou esclarecimentos relativamente à verba de “344.000,00€ para a *Proteção Civil*”, bem como para o Projeto “*Odemira Território Azul Natureza*”.-----

----- Interveio o Senhor Pedro Gonçalves que referiu que os Orçamentos Municipais dos últimos quatro anos continham informações/ ações que transitam de ano para ano, que não eram concretizadas e em alguns casos no orçamento seguinte desaparecem. Referiu ainda que

14-12-2017

há mais de vinte anos vinham mencionadas obras nos programas eleitorais do Partido Socialista, tais como o campo desportivo de Colos e a zona de fixação de empresas. -----

-----Seguidamente, efetuou as seguintes questões sobre o documento em apreço:-----

----- - O que estava efetivamente em condições de ser executado ao nível da rede viária municipal;-----

----- - Funcionamento do Canil Municipal;-----

----- - O que está contemplado para mobilidade, transporte público, especialmente nas freguesias do interior, onde não há cobertura de transporte público, relembrando que existiam estudos e projetos, designadamente para Sabóia. -----

-----Por último, referindo-se aos temas abordados no XXIII Congresso Nacional da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, designadamente à eminente descentralização/ municipalização de alguns serviços na área da educação, saúde, cultura e segurança de proximidade, e sabendo-se que o Orçamento de Estado já contempla verbas para o efeito, perguntou se o Município de Odemira também tinha alguma previsão no Orçamento Municipal, especialmente referente à educação que obedece a alguma calendarização.-----

-----O Senhor Cláudio Percheiro, em nome dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente da Assembleia Municipal-----

-----Senhoras e Senhores Membros da Assembleia -----

-----Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

-----Senhoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal-----

-----Apreciamos hoje os documentos elaborados pelo executivo municipal, que têm como principal matriz o programa de candidatura do Partido Socialista às eleições autárquicas de 1 de Outubro passado, como refere o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----Mas as novas ideias apregoadas, a inovação, a eficácia, a modernização, a resposta

atempada, etc ..., serão de facto uma realidade? -----

----- Sobre a vida e as preocupações das pessoas que dizem estar em primeiro lugar, pelos documentos que analisámos, as matérias dirigidas a essas pessoas nas Grandes Opções do Plano para 2018, são escassas.-----

----- Após uma análise criteriosa só nos resta uma posição política – o voto contra. -----

----- Senão vejamos as verbas inscritas e definidas referentes às seguintes matérias: -----

----- - a resolução das áreas de construção clandestina; as zonas denominadas da AFIPRE na freguesia de V. N. Milfontes; das AUGIS constantes no PDM (excepto Brejinho) para resolução dos problemas habitacionais das famílias abrangidas por essas áreas? -----

----- - a revisão do PDM – Plano Diretor Municipal que há anos devia ter sido efetuada, dando uma nova esperança a quem quer investir. Já em tempos se definiram prazos, já ultrapassados e talvez daqui por mais um mandato tenha solução. -----

----- - a recuperação de imóveis degradados, a regeneração urbana de que a Vila de Odemira necessita e assim como outras vilas e aldeias. -----

----- - a recuperação dos imóveis do Município quase em ruínas, adquiridos com o fundamento na urgência da sua aquisição para instalação de serviços municipais. A previsão orçamental de 180 mil euros de investimento é para segurá-los com estacaria, como já existe um imóvel onde se encontram trabalhadores em perigo eminente?-----

----- - a verba inscrita de 40 mil euros para a construção do novo Arquivo Municipal de que se ouve falar há algum tempo é para limpar o terreno?-----

----- E alguns exemplos das que devem ter ficado esquecidas: -----

----- - a construção há já tanto reclamada do Parque de Campismo de Santa Clara-a-Velha;

----- - a pavimentação da pequena estrada de ligação de Boavista dos Pinheiros pela Amarelinha a Odemira;-----

----- - a construção da estrada de ligação de Lameiros a Aldeia do Cano;-----

14-12-2017

----- - a ligação da estrada de Relíquias a Colos; -----

----- - a pavimentação do Caminho Municipal de Pereiras-Gare, por Fitos até ao limite do concelho de Ourique e Silves; -----

----- - a ligação da Estrada Municipal de Portela da Fonte Santa, junto ao Rio Mira, pelo Avenzol até às Barreiras Vermelhas etc, etc, etc -----

-----E quanto à urgentíssima resolução da situação do abastecimento de água à freguesia de S. Luís com qualidade e quantidade, para acabar com a penalização que os cidadãos têm enfrentado com estragos materiais e o perigo iminente para a saúde pública ao utilizarem água imprópria para o seu consumo. -----

-----De certeza que o Sr. Presidente da Câmara nos vai dizer que esta resolução é uma competência da AGDA. É verdade, mas quem faz parte dos órgãos da empresa são as autarquias e as Águas de Portugal, por isso quem define e atribui prioridade são os seus gestores. -----

-----Será que o representante do governo e das autarquias aceitam assumir a responsabilidade de ter uma freguesia em Portugal, neste caso a Freguesia de S. Luís, que corre o perigo permanente de ter água contaminada, com a possibilidade de causar graves efeitos lesivos para a saúde dos seus habitantes? -----

-----Quem devemos responsabilizar se algo acontecer? -----

-----Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia -----

-----Pelo que apreciámos, as Grandes Opções do Plano não vão inverter a morte lenta do nosso interior, pouco se projeta e pouco se propõem fazer. Onde está a sustentabilidade e o desenvolvimento de que falam? A aposta na fixação de jovens, o novo rumo do concelho...são só promessas, pois o que continuamos a ver é uma política da subsidiopendência, a promessa de auxiliar os mais carenciados, mas os regulamentos existentes são contraditórios, ineficazes e penalizadores de quem precisa desses apoios.-----

14-12-2017

-----Queixa-se o Sr. Presidente da Câmara que não faz mais porque o seu Governo não cumpre a Lei de Finanças Locais. A promessa feita há dias no Congresso da ANMP pelo Sr. Primeiro-Ministro é que até 2021 a lei vai ser aplicada na sua totalidade, só não se compreende é porque não o fez já para o ano de 2018. Promessas...Promessas... -----

-----Relembro que todos os exercícios que têm sido feitos desde a 1ª Lei de Finanças Locais, sempre penalizaram os municípios onde há pouca população. Nós temos área, mas não temos população, não pesamos em votos, por isso somos penalizados.-----

-----Mas será só o Concelho de Odemira o grande penalizado com esta lei de Finanças Locais? E os concelhos do nosso Alentejo não têm o mesmo problema?-----

-----Acreditamos que o Governo do Partido Socialista de que é militante ao Sr. Presidente José Alberto, vai dar a volta a isto. -----

-----Senhor Presidente da Câmara pode contar com a CDU para lutarmos por uma nova Lei de Finanças Locais que traga mais financiamentos ao nosso concelho. -----

-----Pela oportunidade que os nossos representantes tiveram no recente Congresso da ANMP que se realizou há dias em Portimão, acredito que devem ter feito sentir as razões do grande descontentamento existente e as alterações que propuseram para eliminar o que está mal, devem ter obtido algum eco favorável no sentido de ser criada uma nova lei de finanças locais, assim como a extinção do FAM, novas regras de financiamento, etc. -----

-----Diz e queixa-se o Sr. Presidente da Câmara, que o regime de financiamento aplicado às autarquias, em que na Assembleia da República o PCP votou contra e o Partido Socialista se absteve, condiciona fortemente a intervenção municipal. Mas como nos explica o Sr. Presidente da Câmara do Orçamento de Estado para 2018 recebe mais 1,2% de financiamento, passando a receber 14.839.740,00 euros?-----

-----Por vezes o dinheiro não é tudo. Uma gestão cuidada, rigorosa, esforçada, com periodização dos investimentos e ações, resultando de um amplo e participado debate, passando

14-12-2017

por um verdadeiro Orçamento Participativo, os resultados poderiam ser outros. -----

-----Nós acreditamos que é possível fazer mais e melhor com os recursos existentes.-----

-----Quanto à “maldade do Governo” a que se refere o Sr. Presidente da Câmara, de terem decidido que a autarquia pague aos seus trabalhadores um pequeno aumento do salário mínimo – uma retribuição justíssima pelo trabalho extraordinário que é devido a quem o faz – o descongelamento de carreiras congeladas há muitos anos, para quem diz defender os trabalhadores, só pode ter sido um mero lapso de redação. Mas Sr. Presidente, o que irá dizer quando tiver que assumir mais algumas pequenas e justas compensações que estão ainda para surgir? -- -----

-----A previsão do aumento da despesa com o Pessoal do Município em cerca de 7%, não é só para pagar aquelas justíssimas melhorias salariais, mas a maior fatia contempla a contratação de mais 34 trabalhadores para o quadro de Pessoal, que serão para suprir necessidades existentes. -----

-----O problema é que as preocupações e a política traçada nos últimos 20 anos traduziu-se no aumento do Quadro de pessoal num só sentido, pois quanto a Pessoal Operário – manobreadores, serralheiros, carpinteiros, pintores, pedreiros, mecânicos, jardineiros, cabouqueiros, asfaltadores, etc, foi esquecer e tentar acabar com este setor. -----

-----As razões desta política conhecemo-la bem. A existência dos serviços de operariado obrigaria a uma atenção redobrada, mais trabalho para os eleitos do executivo a tempo inteiro, e assim torna-se tudo mais fácil, fazem-se uns ajustes diretos, umas empreitadas, uns convites e dando-se assim à iniciativa privada a exploração de serviços que deveriam ser executados pela própria autarquia. -----

-----Enferrujam as oficinas, as máquinas vão-se vendendo, a central asfáltica vai fazendo uma massita para tapar alguns buracos aqui e ali, só que os buracos continuam, pois quase não existe pessoal para fazer esse trabalho.-----

14-12-2017

-----Mas por acaso sabe a Sra. Presidente da Assembleia e todas as Senhoras e Senhores membros desta Assembleia quanto está inscrito na rubrica de “aquisição de serviços”? Mais de 9 milhões de euros. Viram as Senhoras e Senhores quantos milhões estão inscritos em “Outros serviços” sem qualquer desagregação? Pode-se tratar de um verdadeiro saco onde cabe muita coisa. --- -----

----- Que impacto têm essas aquisições no comércio e no desenvolvimento local? -----

----- Mas Sra. Presidente, -----

----- Voltemos um pouco mais às previsões e repetindo que o Sr. Presidente da Câmara se queixa que não faz mais por falta de financiamentos, achamos curioso, que o valor das receitas dos Impostos diretos arrecadados pela autarquia são hoje muito significativas, destacando-se as que resultaram das avaliações dos prédios urbanos cujo IMI contribuiu para um grande aumento, bem como o IMT. -----

----- Além das receitas provenientes do Orçamento de Estado existem outras muitas significativas que resultam da prestação do serviço de águas, águas residuais, recolha e tratamento de lixos. -----

----- Mas, a grande novidade que o Sr. Presidente da Câmara apresenta nestas Grandes Opções do Plano, é o reforço das verbas a transferir para as Freguesias. -----

----- Ó Sr. Presidente, a Lei n.º 75/2013 é bem clara quanto à delegação de competências para as juntas de freguesia, estabelecendo prazos, direitos desde que sejam acompanhadas de recursos humanos, patrimoniais e financeiros suficientes para as poderem cumprir, valores esses afetados criteriosamente e sem discriminações.-----

----- Não prevê a lei qualquer transferência de responsabilidade para “limpeza de bermas da rede viária municipal” (estradas municipais, caminhos municipais e caminhos vicinais pavimentados).-----

----- O executivo deve-se ter esquecido há muito tempo de executar esses trabalhos que

14-12-2017

estão bem à vista de todos aqueles que nelas circulam.-----

-----Temos dúvidas que esta competência a delegar nas juntas não seja uma forma de lhes passar o odioso e as reclamações dos munícipes.-----

-----Com esta competência o Presidente da Junta que não tratar e cuidar das estradas e caminhos da rede viária municipal, vai começar a ouvir dizer “*nós Câmara entregamos o dinheiro às Juntas para manterem as bermas cuidadas, limpas e os pisos em condições de circulação, se não o fazem a culpa não é da Câmara...*” -----

-----Sr. Presidente, deixamos uma sugestão. Antes de “descartar” estas responsabilidades, seria mais justo proceder na sua totalidade à limpeza de bermas, valetas, reforços de pavimentação da rede viária municipal. Depois num diálogo franco e aberto, com princípios definidos, mapas do traçado das vias, km’s, preço unitário calculado, bem como outros elementos necessários. Se assim acontecer, admitimos então a possibilidade de concordar com a referida delegação, com critérios claramente quantificados.-----

-----Nas Grandes Opções anuncia o Sr. Presidente da Câmara várias intervenções nos Caminhos e Estradas Municipais, mas... dependendo de financiamentos. Tudo nos leva a pensar que vão continuar os “buracos” e as bermas abandonadas. No relatório algumas intervenções são referidas e até contempladas no PPI, mas consideramos que as verbas inscritas são insignificantes para as necessidades que elas têm, dado o estado deplorável em que se encontram. Mas muitas outras estradas em mau estado e sem asfaltamento não foram contempladas, foi por esquecimento? -----

-----Afirma o Sr. Presidente da Câmara no relatório que terá muito em breve a concretização de várias candidaturas apresentadas a diversos Programas Comunitários e outros, como os do Alentejo, VALORIZAR, POSEUR, PEDU, PAMUS, DLBC, PACTO DE COESÃO E DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO LITORAL, PORTUGAL 2020, entre outros, pelo que inscreveu na receita participações de mais de 4 milhões de euros. -----

14-12-2017

-----Desejamos e fazemos votos que tudo seja uma realidade e que essas realizações sejam acompanhadas com uma fiscalização eficaz, correta e atenta, para que não volte a acontecer o mesmo que se passou nos arruamentos na Vila de Odemira e em outras obras, pois a má qualidade de construção e respetiva receção é deveras preocupante.-----

-----A previsão das Receitas e Despesas de 32.610.000,00€, a que vai acrescer no mês de Abril o saldo de 31 de Dezembro, elevará este orçamento previsional em cerca de 3 milhões de euros o que permitia reforçar imensos investimentos cuja previsão é insuficiente.-----

-----Congratulamo-nos e damos parabéns ao Sr. Presidente por prever que continuará a pagar as prestações dos empréstimos contratados pela gestão socialista de mais de 22 milhões de euros, de que utilizaram mais de 17 milhões e que atualmente estão em dívida mais de 5 milhões de euros.-----

-----Damos também os parabéns por estarem a ser cumpridos os pagamentos aos fornecedores nos tempos exigidos pela lei.-----

-----Lamentamos é que a eficiência e a resposta célere não exista em alguns setores, como o do licenciamento de obras particulares, cujas queixas são generalizadas por quem a este setor recorre; que os programas pela inclusão dos emigrantes se baseiem em simples convívios, nada se fazendo para dar condições de habitação com alguma dignidade e uma verdadeira integração acompanhada por serviços do município, etc, etc...-----

-----Sra. Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores-----

-----O tempo é pouco para podermos falar sobre outras questões importantes que nos preocupam, nomeadamente:-----

----- - Temos um centro de saúde onde não existe um simples gerador para resolver uma falta de energia elétrica;-----

----- - Um centro de saúde cujo acesso está no leito de cheias e até hoje não se construiu

14-12-2017

uma alternativa que é possível e existe; -----

----- - Os cuidados de saúde preventivos a que o Povo tem direito, mas faltas médicos e enfermeiros; -----

----- - Os serviços imprescindíveis prestados pelo Hospital do Litoral Alentejano, cujas valências vão sendo reduzidas até ao seu encerramento; -----

----- - Os Serviços Públicos que ainda temos mas que funcionam mal, pois não têm trabalhadores suficientes, como é o caso do Serviço de Finanças; -----

----- - As estações de caminhos-de-ferro que foram encerradas e que são importantes; -----

----- - As estradas nacionais “miseráveis” da responsabilidade das Estradas de Portugal.

Acreditou nas promessas que lhe fizeram, Sr. Presidente? -----

----- Sabem, alguns de nós não esqueceremos aquele dia na sala da Biblioteca Municipal em que um Sr. Secretário de Estado do Governo do Partido Socialista nos presenteou com os grandes investimentos a realizar no Alentejo e no nosso Concelho. Até o IC-4 ia avançar... foi tudo “fumaça”... continuamos desprezados. -----

----- Mas o grande descontentamento está a generalizar-se a manifestação está em preparação. O repúdio pelas miseráveis estradas nacionais que temos, o desrespeito por todos os que aqui vivem, o perigo público permanente para quem nelas circula diariamente é revoltante e merece de todos uma resposta firme. -----

----- Lançamos aqui o repto – está o Sr. Presidente da Câmara e todos os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia disponíveis para criarmos uma Comissão Eventual, para todos unidos desenvolvermos ações junto do Governo ou de quem de direito, na procura da resolução das situações que nos preocupam? -----

----- Fica o desafio, aguardamos a resposta. -----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017”. -----

----- Inteveio o Senhor Manuel Coelho que disse o seguinte: “*Devo felicitar o Senhor*

14-12-2017

Deputado Cláudio por alguma ironia com que entendeu marcar as suas críticas e a sua posição relativamente a este Orçamento. Naturalmente, também me reconhecerá o direito de com alguma ironia poder aqui pronunciar-me sobre o Orçamento, naturalmente discordando com algumas afirmações que fez”.-----

----- Relembrando o Protesto apresentado pelo Senhor Cláudio Percheiro sobre o envio da documentação para esta sessão, referiu que tinha ficado com a preocupação de que o Senhor Deputado não tivesse tido a possibilidade real de ler o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Porém, no discurso efetuado, constatou que afinal teve bastante tempo para ler o documento e considerou que não se justificava “*estar a bater tanto numa tecla*”, quando estava efetiva e suficientemente preparado.-----

----- Quanto à Declaração de Voto dos Senhores Vereadores afetos à Coligação Democrática Unitária, aquando da votação do Orçamento Municipal, referiu que a mesma tinha sido ali mencionada com ironia. No entanto, alertou para o facto de no próprio Relatório do Orçamento Municipal vir mencionado na quinta página que “*As Grandes Opções do Plano da CMO para 2018 terão matriz principal o Programa de Candidatura do Partido Socialista, sufragado por maioria dos eleitores em 01 de outubro de 2017,...*”, considerando que era natural em democracia que a candidatura vencedora apresente o seu orçamento.-----

----- Disse ainda que registou com apreço que o Senhor Cláudio Percheiro tivesse referido que o Município de Odemira vem cumprindo o pagamento dos empréstimos, que vai sendo reduzida a dívida e que também tem havido uma diminuição dos prazos de pagamento, considerando que se tratava de um aspeto bastante positivo. Relembrou também que os empréstimos foram aprovados com a unanimidade das forças políticas.-----

----- Referiu que “*o Senhor Deputado fala no Governo do PS (seu Governo), mas relembro que é o nosso Governo, para o melhor e para o pior, e até é apoiado por partidos de esquerda. Quanto a lições de independência política, relembro que em plenos Governos Socialistas, esta*

14-12-2017

Assembleia Municipal dinamizou, por unanimidade, a contestação ao Mapa Judiciário, pelo que os membros do Partido Socialista mostraram quando foi preciso dizer não.” Recordou ainda que numa campanha eleitoral o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu “Primeiro está Odemira”.-----

-----Discordou das considerações do Senhor Deputado Cláudio Percheiro relativas à iniciativa privada e ao facto de o Município de Odemira não contratar mais operários. Recordou que antigamente apostava-se muito na criação do emprego público municipal, mas o paradigma mudou e pode ser mais eficiente existir um contributo da iniciativa privada. Considerou ainda que o concelho de Odemira cresceu enormemente em termos de iniciativas privadas e com a contratação daqueles serviços acaba por se estar a contratar operários.-----

-----Em relação à transferência de verbas para as freguesias, perguntou se a Coligação Democrática Unitária não concordava com esse facto, nomeadamente quando neste ano tinha havido um aumento da verba a transferir no valor de quatrocentos mil euros. Referiu ainda que não tinha visto nenhum Presidente de Junta de Freguesia dizer que não queria assumir perante os seus fregueses as competências em causa. -----

-----Por último, aceitou o repto lançado pelo Senhor Deputado Cláudio Percheiro para realizarem manifestações, pois considerava que existiam questões que mereciam que equacionassem esse facto, nomeadamente a requalificação da Escola Secundária de Odemira e o estado das Estradas Nacionais no concelho.-----

-----Interveio o Senhor João Quaresma que referiu que estavam a debater um documento macro, amplo e onde divergiam claramente em termos de filosofias de atuação e, por esse facto, os eleitos da Coligação Democrática Unitária votavam contra, por uma questão de coerência, optando por vezes em não justificar o voto. Disse ainda, relativamente à iniciativa privada, que os eleitos da Coligação Democrática Unitária não eram contra a contratação de serviços, mas entendiam que se devia dotar o Município de Odemira de meios humanos suficientes para

14-12-2017

responder às necessidades, em vez de se abusar na contratação. O Senhor João Quaresma apelou ao equilíbrio entre aqueles dois fatores, porque por vezes o excesso de contratação pode levar a uma desresponsabilização por parte do Município de Odemira, facto que se tem verificado em algumas obras executadas por empresas privadas, que durante o decorrer dos trabalhos entram em falência, originam atrasos na conclusão das obras, causando grandes transtornos para os munícipes e, depois, quando se pedem responsabilidades o Município de Odemira remete para as referidas empresas. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que, para alguns eleitos, nenhuma proposta de Orçamento está como desejam porque há vinte anos que votam sempre no mesmo sentido (contra) e, nesse sentido, felicitou os atuais Vereadores da Coligação Democrática Unitária pela objetividade da Declaração de Voto, ao contrário da intervenção do Senhor Cláudio Percheiro que “foi ao baú tirar as suas declarações de voto antigas”, de quando era Vereador, e fez uma boa resenha do que a Coligação Democrática Unitária não conseguiu fazer quando foi poder, e do que o Partido Socialista não considerou prioritário ou ainda não conseguiu concretizar. -----

----- Relativamente à referência ao Governo, referiu que o que está na génese da “geringonça do Governo do País”, sustentado pelas três forças políticas (PS, CDU e BE) são princípios políticos e um acordo parlamentar que não passam pela preocupação autárquica, e não entende porque não se cumpre a Lei das Finanças Locais e todos calam, consentindo o incumprimento da lei em vigor. -----

----- Em relação à contratação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal refutou quando foi mencionado que no Orçamento se lamenta o aumento de funcionários, porque o que está referido é que se considerava justo. O que se lamenta é que o Estado não acompanhe o acréscimo das transferências de competências para as autarquias com recursos suficientes para que possam ser executadas. Relembrou que, atualmente, o número de funções e de exigências é

14-12-2017

muito superior e o quadro de pessoal do Município de Odemira conta com quatrocentos e cinquenta e quatro funcionários, ou seja, em menor número do que em mil novecentos e noventa e sete (ano em que o Senhor Cláudio Percheiro presidiu a autarquia) quando estavam no quadro quatrocentos e noventa funcionários. Referiu ainda que não houve qualquer abandono das funções operacionais, porém atualmente ainda é obrigatório contratar com base no salário mínimo, tornando difícil contratar operacionais qualificados. -----

-----Esclareceu também que algumas propostas no Orçamento não estavam totalmente dotadas financeiramente, porque atualmente os orçamentos exigem compromisso no final do ano e só em abril poderão essas verbas ser utilizadas/ reforçadas. -----

-----Referiu ser apologista de se dever o menos possível e de se pagar a tempo e horas os compromissos, no entanto, se estiver em causa a concretização de investimento estruturante, não terá receio do recurso ao crédito. Relembrou que a maioria dos empréstimos teve a unanimidade das forças políticas, face à urgência e pertinência do investimento. -----

-----Referiu que a verba para rede viária está bem discriminada no Orçamento e em abril seria efetuado um reforço, porque lamentavelmente não existe fundos comunitários que apoiem esse tipo de investimento. Quanto ao Canil Municipal informou que o projeto não estava concluído, nem quantificado. -----

-----Por último, relativamente à “municipalização” referiu que não existem dados concretos e que as forças políticas à esquerda do Partido Socialista não estão a querer acompanhar o assunto da forma como está a ser trabalhado. Nessa conformidade, considerava que ao longo do presente mandato não haveria “municipalização” e se houver terá de ser equacionada uma alteração ao Orçamento. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes o prolongamento da sessão por mais trinta minutos, nos termos do número cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira ou, excecionalmente, até se

14-12-2017

finalizarem os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos, lembrando que, a haver uma segunda reunião daquela sessão, a mesma se iria realizar muito perto do dia de Natal, o que poderá causar constrangimentos para alguns membros. -----

----- Interveio o Senhor Cláudio Percheiro que informou que a sua bancada concordava que os trabalhos se prolongassem por mais meia hora e, não se esgotando os assuntos, haveria nova reunião, informando que sobre o Orçamento ainda tinha algumas questões. -----

----- O Senhor Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, disse que *“por ser jovem e ser sempre uma pessoa muito esperançosa, oito anos depois de estar nesta Assembleia Municipal, ainda vou continuar com a esperança de ouvir da CDU propostas para o orçamento e não apenas «estou contra porque não foi o nosso programa eleitoral».* -----

----- *Aqui também me parece que há a tendência de haver um pingue-pongue e o colega Cláudio há pouco quando falou sobre o orçamento ultrapassou vinte minutos (tive o cuidado de perceber isso) e tenho receio que este pingue-pongue represente apenas e só um regresso ao passado, quando temos aqui tanta gente nova e podemos debater o presente e o futuro.* -----

----- *Peço desculpa por esta intervenção pouco cuidada e elaborada, a verdade é que tenho pouco tempo para a trabalhar, talvez um dia quando tenha disponibilidade e esteja aposentado possa fazer boas intervenções, bons textos, onde posso disparar à vontade para todos os lados e acertar em poucos pardais. Mas talvez nessa altura tenha o meu cantinho, retiro-me, dou a palavra aos mais novos para seguirmos para a frente.”* -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou novamente se era possível efetuarem um esforço, como já foi feito em sessões anteriores, e deliberarem os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos ou, se tal não fosse possível, se prolongariam os trabalhos por mais meia hora e seria agendada uma segunda reunião daquela sessão. Lembrou que, pese embora a limitação dos tempos esteja aprovada, não a aplicou e desejava que esse bom senso imperasse para os dois lados e não apenas quando lhes desse jeito. Referiu ainda que no

14-12-2017

prolongamento dos trabalhos procuraria limitar o tempo de forma a acabarem no mais curto espaço de tempo.-----

-----Interveio a Senhora Maria Luísa Palma que informou que não pretendia que se abrisse um precedente ao prolongarem os trabalhos até finalizarem a Ordem do Dia. No entanto, excecionalmente, como estavam perto do Quadra Natalícia, concordava com essa proposta. Referiu ainda que não concordava que limitassem o tempo de intervenção e, em resposta à intervenção do Senhor Dário Guerreiro, lembrou que ninguém compreende o presente se não falar sobre o passado. -----

-----Foi deliberado, por consenso, prolongar os trabalhos até finalizar a Ordem de Trabalhos desta sessão. -----

-----Interveio o Senhor Cláudio Percheiro que lamentou a intervenção do Senhor Dário Guerreiro que considerou inoportuna e ofensiva.-----

-----Referindo-se à intervenção do Senhor Manuel Coelho reiterou a afirmação de que se trata do Governo do Partido Socialista. Disse ainda que a sua bancada não era contra a iniciativa privada, mas sim contra a exploração dos trabalhadores pelo capitalismo e alertou para o facto de a maioria das empresas contratadas pelo Município de Odemira não terem sede ou funcionários do concelho. -----

-----Quanto às transferências referiu que no Orçamento Municipal havia uma discrepância no valor referente à verba a transferir do Orçamento de Estado relativa à coleta do IRS de cerca de seiscentos mil euros, sendo que no documento em apreço vinha mencionado o valor de oitocentos e vinte e quatro mil euros. Disse ainda que os valores constantes nos Contratos Interadministrativos com as Freguesias eram diferentes do que estava mencionado no Orçamento Municipal. Por último, referiu que no Orçamento Municipal existia um conjunto de “outros” em diversas despesas nas classificações económicas que deveriam estar discriminados em quadros anexos.-----

14-12-2017

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que lamentou que o Senhor Cláudio Percheiro iniciasse a apreciação do documento em discussão com a apresentação de uma declaração extensa e não tivesse colocado as suas dúvidas previamente. Considerou ainda que as questões colocadas eram meramente técnicas e poderiam ser respondidas posteriormente, porém esclareceu que o valor das transferências para as Juntas de Freguesia foi previamente discutido no seguimento das recentes reuniões com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, tendo resultado num acordo de entendimento. -----

-----Interveio o Senhor Pedro Gonçalves que considerou que o bom senso deveria imperar logo na elaboração das Ordens de Trabalho que são demasiadas extensas. Considerou ainda que o atual Governo não era das “esquerdas” mas sim do Partido Socialista com o apoio do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária. -----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do documento em causa, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. Os membros eleitos pelo Partido Socialista apresentaram a Declaração de Voto escrita que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Os eleitos do partido socialista votam favoravelmente a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 da Câmara Municipal de Odemira por entenderem que a proposta é o documento da mais elevada relevância e responsabilidade para o desenvolvimento do nosso concelho e que resulta do Programa de Candidatura do Partido Socialista, sufragado por maioria dos eleitores em 01 de Outubro de 2017.-----

14-12-2017

-----Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal votam favoravelmente a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 porque espelha a estratégia definida de aposta nas pessoas e no território, com um enfoque especial nas políticas sociais, culturais e no estímulo ao empreendedorismo e criação de emprego. É também claro um acréscimo de investimento no Ordenamento, Planeamento, Proteção e Valorização do território, bem como na Qualificação e Regeneração Urbana. -----

-----Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal votam favoravelmente a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 porque: mantem uma estabilidade fiscal no sentido do desagramento; é um orçamento que reforça a redução dos empréstimos a médio longo prazo; é um orçamento que privilegia o investimento, transferindo verbas da receita corrente para o investimento que, em conjunto com a enorme capacidade de captação de fundos comunitários resulta no desenvolvimento e valorização do concelho.-----

-----Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal votam favoravelmente a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 porque serão estabelecidas novas Parcerias com as Juntas de Freguesia no montante global de 1.939.000,00 euros, que representa um reforço de 421.000,00€ relativamente a 2017, continuando desta forma, em 2018, a política seguida pela Câmara Municipal desde há mais de uma década, atribuindo apoios financeiros significativos às Freguesias, para que estas possam continuar a prestar serviços à população, em áreas como a limpeza urbana, manutenção das zonas verdes, da rede viária e arruamentos, largos e praças, obras de manutenção nas escolas do 1º ciclo e Jardins-de-Infância, Orçamento participativo - OP, limpeza e conservação de Bermas, entre outras.-----

-----Os eleitos do partido socialista votam favoravelmente a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 da Câmara Municipal de Odemira porque este é um documento que traduz o rigor, responsabilidade e compromisso do Executivo Municipal Socialista em desenvolver um território gerador de oportunidades e crescimento,

14-12-2017

acompanhando a nova realidade nacional onde está patente o investimento e devolução de rendimentos às famílias.-----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017.”-----

----- **Ponto quatro:** PROPOSTA N.º 18-A/2017 P - ACORDOS DE EXECUÇÃO E CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS PARA COOPERAÇÃO ATRAVÉS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS FREGUESIAS DO CONCELHO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0718-2017 - PROPOSTA N.º 18-A/2017 P - ACORDOS DE EXECUÇÃO E CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS PARA COOPERAÇÃO ATRAVÉS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS FREGUESIAS DO CONCELHO-----

----- Foi presente a Proposta n.º 18-A/2017 P, datada de 04/12/2017, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve:-----

----- "Proposta n.º 18-A/2017 P - Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos para Cooperação através de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Freguesias do Concelho-----

----- **Preâmbulo**-----

----- A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro estabelecem respetivamente, a nova lei das finanças locais (LFL) e o novo regime jurídico das autarquias locais (RJAL), aprovando o estatuto das entidades intermunicipais, as regras da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, determinando também as regras de transferência de competências das Câmaras Municipais para as Freguesia e o novo regime jurídico do associativismo autárquico.-----

----- Este quadro legal veio estabelecer o modelo de financiamento das Autarquias Locais a

14-12-2017

partir de 2014 e regular o atual regime de enquadramento da atuação das autarquias, assim como das comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas. -----

-----Assim, ao mesmo tempo que a LFL promove a redução global de recursos das Autarquias, pelo contrário, a Lei n.º 75/2013 consagra como atribuição das autarquias tudo o que diga respeito à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, impondo novas competências para as Freguesias e para a Câmara Municipal, bem como as formas de Colaboração e Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Freguesias, determinando a formalização de Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre estas entidades. -----

-----Os Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados entre as Freguesias e a Câmara Municipal na concretização de algumas das competências desta última, incluíram as competências previstas no n.º 1 do artigo 132.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como a assunção de colaboração e cooperação em matérias como o transporte de alunos com origem na área da Freguesia ou a manutenção/conservação de caminhos municipais. -----

-----Assim, por forma a continuar a servir cabalmente e em proximidade as solicitações básicas dos munícipes foram estabelecidos modelos de colaboração legalmente previstos, que promovem a colaboração e/ou delegação de outras competências entre a Câmara Municipal e as Freguesias, contribuindo esta medida descentralizadora para a consolidação da eficiência pública, beneficiando as populações, sendo este modelo acompanhado dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização e racionalização dos recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia da sua gestão, de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais da boa conservação e manutenção do património público, prossecução do interesse público e da legalidade. -----

-----Por outro lado, resulta inequivocamente do articulado da Lei n.º 75/2013, de 12 de

Setembro, que o legislador pretendeu reforçar a exigência na alocação dos recursos necessários e suficientes à sua concretização, devendo obedecer a critérios de não aumento da despesa, de aumento da eficiência da gestão dos recursos e de ganhos de eficácia, visando também a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-geracional, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações, a promoção da racionalização dos recursos disponíveis e o reforço da articulação entre os diversos níveis da administração pública. -----

----- Considerando ainda que uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações. -----

----- Tendo ainda em conta, que num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de co-responsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas, e que as atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais estabeleçam modelos de cooperação em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais. -----

----- Neste quadro, e tendo em conta o exigente quadro de competências (próprias e delegadas) exercido pelas Freguesias, entende-se necessário proceder ao reforço das Formas de Colaboração e Apoio às Freguesias do Concelho de Odemira, tendo como objetivo dotá-las de condições para o cabal exercício de tais competências. -----

----- Neste contexto, e apesar do quadro de redução global de receitas, mostra-se inequívoco o interesse público que o Município de Odemira apoie e coopere com as Freguesias,

14-12-2017

através da concessão de apoios de forma criteriosa, transparente e equitativa, dado a escassez de recursos disponíveis. Nesse sentido e para que, a atribuição de apoios por parte da Câmara Municipal de Odemira, possa ser apreendida da forma mais imediata e acessível por parte de todas as Freguesias, decorreram reuniões de balanço volvidos que estão três anos de vigência dos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos, nas quais se concluiu manter a colaboração em todas as competências delegadas e reforçar as seguintes área de cooperação: ---

-----• Utilização e Ocupação de Via Pública - esta competência tem vindo a ser assumida pelo Município de Odemira constatando-se uma resposta ao cidadão não consentânea com a sua expectativa. Tendo sido analisado o procedimento efetuado, quer na instrução, quer vistoria, bem como o numero e tipo de processos, constatou-se como favorável pela simplificação de procedimentos administrativos e conseqüente ganhos de tempo, o assumir desta por parte das Freguesia, que pela sua proximidade e conhecimento do território irão, com toda a certeza, melhorar os prazos de resposta e a conseqüente satisfação por parte dos cidadãos e empresas; -----

-----• Limpeza de Bermas da Rede Viária Municipal - várias Freguesias do concelho dispõe de equipamentos adequados à execução desta competência, pretendendo-se potenciar a utilização desses equipamentos e ter uma atuação mais eficaz, quer em termos temporais, quer em termos de ganhos económicos. A silvicultura preventiva é um dos principais meios de prevenção no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, funcionando esta nova cooperação como um sinal efetivo de maior articulação e entreaajuda entre as entidades públicas na defesa de pessoas e bens; -----

-----• Manutenção de Caminhos Municipais - as Freguesias do concelho de Odemira manifestam preocupação com a extrema dificuldade que estão a sentir na manutenção/reparação de caminhos nas suas freguesias, devido à enorme extensão da rede de caminhos existentes e à utilização frequente dos mesmos por veículos pesados de elevada

tonelagem (transporte de madeiras de eucalipto), e porque não tem sido possível contar com o apoio municipal no transporte de inertes e serviço de motoniveladora, sendo estes meios essenciais. Esta cooperação visa ultrapassar essas dificuldades, melhorando a acessibilidade e a boa circulação de veículos, pessoas e bens; -----

----- • Potenciar a Participação Cívica - Odemira é um território onde a afirmação das políticas de democracia participativa estão bem patentes pela sua importância e, por isso, foram promovidas pelo Município de Odemira reuniões preparatórias com os presidentes de Junta de Freguesia, para apresentação e debate desta ideia, tendo sido facilmente alcançado um acordo com todas as Freguesias para conseguir este importante feito de implementar em todo o concelho um OP por Freguesia. Com a implementação do Orçamento Participativo, as Freguesias também consolidam o seu caminho de apelo à cidadania e os seus cidadãos ficarão ainda mais conscientes da sua importância no processo comum de construção de um território ainda melhor. -----

----- As presentes propostas foram, sujeitas a audiência dos interessados através da prévia audiência oral em reunião efetuada em 27/11/2017, entre o executivo da Câmara Municipal e os Presidentes de Junta de Freguesia, nos termos do Código de Procedimento Administrativo em vigor. --- -----

----- Tendo ainda em consideração que: -----

----- • A colaboração com as Freguesias na execução de ações da competência do Município, se tem revelado uma medida descentralizadora que contribui para a consolidação de uma democracia participada e que beneficia as populações; -----

----- • Este modelo de colaboração deve ser acompanhado dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização e racionalização dos recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia da sua gestão, de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais da boa conservação e manutenção do património público,

14-12-2017

prosseção do interesse público e da legalidade; -----

-----Neste contexto, tenho a honra de propor à Exm.^a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 120.º e nas alíneas m) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que esta delibere aprovar a celebração dos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos de colaboração entre a Câmara Municipal e as Freguesias do Concelho com vista à otimização de recursos e prosseção do interesse público na execução das competências em apreço, os quais se regerão pelas minutas anexas à presente proposta, e bem assim, aprovar de remeter o assunto à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos da alínea j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----Odemira 04 de Dezembro de 2017 -----

-----O Presidente da Câmara, -----

-----a) José Alberto Guerreiro, Eng.º". -----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária. Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentaram a seguinte Declaração de Voto escrita: -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----“Os eleitos da CDU defendem a descentralização, mas uma descentralização e delegação de competências que resulte na disponibilização de meios suficientes (materiais, financeiros e humanos) para as freguesias, para que estas possam desenvolver um trabalho de qualidade. -----

-----De facto os acordos deveriam ser uma medida descentralizadora para a consolidação da eficiência pública, beneficiando as populações, porém a transferência de competências, sem

14-12-2017

o acompanhamento dos meios necessários ao seu adequado exercício é prejudicar as freguesias, prejudicar a população. A população vê a Câmara Municipal desresponsabilizar-se de competências suas e as freguesias ficam com tarefas que não conseguem cumprir, pela insuficiência de meios.-----

-----Considerando também que a proposta apresentada não está acompanhada da informação necessária para uma avaliação da aplicação do modelo e dos critérios, os eleitos da CDU votam contra.-----

-----07.12.2017” -----

-----Interveio o Senhor Cláudio Percheiro que informou que os membros da Assembleia Municipal não tinham recebido a documentação relativa às bases e critérios definidos para a presente delegação de competências, referindo que a documentação recebida não permite apreciar a equidade de tratamento, sem discriminações e discricionariedade. Disse ainda que segundo a documentação recebida não conseguiam aferir o aumento da verba a transferir para as Juntas de Freguesia relativamente ao ano anterior de mais de quatrocentos e vinte mil euros, anunciados pelos eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal, pois o que constatava era a transferência de cento e trinta mil euros relativo ao “Orçamento Participativo” que era uma novidade; de cento e sessenta e dois mil euros para “Equipamentos Municipais” que também não estavam antes; e de cerca de duzentos e oito mil euros referentes à nova competência da Câmara Municipal que pretendem transferir para as Juntas de Freguesia. Nesta perspetiva, considerou que o aumento da verba correspondia também à delegação de outras matérias. -----

-----Questionou ainda sobre que critério tinha sido aplicado para que a verba destinada a “Equipamentos Municipais” apenas fosse atribuída a cinco Freguesias.-----

-----Perguntou igualmente quais os critérios aplicados para “Limpeza de Bermas” e “Caminhos” que se referem a responsabilidades que são do município, que não fazem parte das competências a descentralizar e não estão contempladas na Lei número setenta e cinco, de dois

14-12-2017

mil e treze. Lamentou que aquilo que o Município de Odemira não fazia há muito tempo, esteja a tentar “*atirar o odioso para cima dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia*”.-----

-----Por último, considerou que estavam “*a caminhar onde tudo era obscuro*” e sem a documentação não podiam votar em consciência, pelo que solicitou que fossem entregues aos membros da Assembleia Municipal os mapas que suportam os critérios.-----

-----Interveio o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que informou que o assunto em causa foi discutido com todos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, onde foi apresentado tudo o que se pretendia fazer em termos de transferência de competências. Referiu ainda que efetivamente existe uma verba de quatrocentos e vinte mil euros a mais, bem como novas competências transferidas para as Juntas de Freguesia, e alguns ajustamentos que foram necessários efetuar relativos a competências anteriores.-----

-----Relembrou que o Município de Odemira sempre transferiu para as Juntas de Freguesia competências, sendo que ao abrigo da Lei número setenta e cinco começou a ser efetuada no ano de dois mil e quinze, onde o assunto foi amplamente debatido, porque na altura estavam a atravessar um período particularmente difícil, com algumas reduções ao nível de verbas, situação que pretendiam inverter. -----

-----Disse ainda que o Município de Odemira via nas Juntas de Freguesia parceiros importantes na boa gestão do território, que conseguiam ter alguns ganhos de escala e de proximidade relativamente à execução das competências transferidas e, nessa conformidade, todos conseguiam ser mais atuantes e mais eficientes.-----

-----Informou ainda que um conjunto de competências transferidas não tinha sofrido qualquer alteração nos valores ou critérios, designadamente nos espaços verdes, vias, mobiliário urbano, feiras e mercados, jardins-de-infância, pequenas reparações e recintos envolventes. Lamentou que o Senhor Cláudio Percheiro falasse em nome de todos e utilizasse a palavra “obscuro” para descrever aquele processo e informou que todos os Presidentes das

14-12-2017

Juntas de Freguesia eram conhecedores dos critérios e tinham mapas com a identificação das estradas e caminhos e os dados para poderem calcular os valores. Relativamente a critérios deu como exemplo o número de habitantes - Censos de dois mil e onze, os metros lineares da praia, os quilómetros percorridos nos transportes escolares, entre outros. -----

----- Informou ainda que o “equipamentos municipais” eram apenas referentes àqueles que tinham uma certa envergadura, tais como, o Parque das Águas, na Freguesia da Boavista dos Pinheiros; Jardim Eira da Lagoa, na Freguesia de Colos; recinto da FACECO, Jardim Quinta da Elsa e estádio, na Freguesia de São Teotónio; Jardim Público, estádio e Pavilhão Desportivo, na Freguesia de Vila Nova de Milfontes; Posto de Turismo, na Freguesia de Santa Clara-a-Velha. Referiu também que a sede do concelho não era inserida naquele conjunto, porque tinha uma zona limitada em torno do Perímetro Urbano de responsabilidade do Município de Odemira. ---

----- Por último, referiu que as competências que seriam novidade nesta transferência do ponto de vista permanente eram a manutenção dos caminhos e o Orçamento Participativo das Freguesias. Quanto à limpeza das bermas informou que o Município de Odemira já a fazia em colaboração com algumas Juntas de Freguesia. Revelou ainda que aquela competência foi colocada às Juntas de Freguesia como opcional e todos a aceitaram e inclusivamente foi atualizado o valor proposto por solicitação das próprias Juntas de Freguesia. -----

----- Interveio o Senhor Florival Silvestre, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, que informou que tinha remetido atempadamente para os Serviços da Educação do Município de Odemira o número de quilómetros percorridos com o transporte escolar que abrangia duas rotas, uma referente à antiga Freguesia de Vale de Santiago e outra referente à antiga Freguesia de Bicos, e apenas tinha sido considerada a primeira, lapso que já se repetia há dois anos. O Presidente da Junta de Freguesia lamenta essa situação, a desconfiança demonstrada pelos serviços, e o facto de não estar garantida a correção e o recebimento da verba referente aos quilómetros efetivamente percorridos. -----

14-12-2017

-----Interveio o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que informou que a competência relativa ao transporte escolar estava sujeita a alguma flexibilidade decorrente de alterações motivadas pelo decréscimo do número de alunos, encerramento de alguns estabelecimentos escolares e inclusivamente este ano existia uma diminuição do número de dias efetivos do período escolar de cento e oitenta e um para cento e setenta e dois dias. Quanto à questão apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, informou que as verbas globais já estavam alocadas no Orçamento Municipal e, por esse facto, não foi aumentado o número de quilómetros para o transporte escolar, no entanto, assumia o compromisso de que seriam analisadas as situações apresentadas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia onde entendiam que existia discrepância no número de quilómetros percorridos. --

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do documento em causa, o qual foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal. Foram apresentadas as seguintes Declarações de Voto escritas: -----

----- 1. Pelo Eleito pelo Bloco de esquerda: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----ACORDOS DE EXECUÇÃO E CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS -----

-----O Bloco de Esquerda ABSTEM-SE neste ponto por considerar que não deve prejudicar o regular funcionamento das várias freguesias. -----

-----No entanto, relembro que na Freguesia na qual resido, Colos, a verba destinada aos equipamentos municipais, continua ano após ano, a não ser aplicada nos equipamentos aos quais se destina.-----

-----Não foi, nos 4 anos anteriores, nem de perto nem de longe, corretamente utilizada na

14-12-2017

manutenção e conservação do Espaço Municipal na Eira da Lagoa. -----

----- Por morrer uma andorinha não termina a primavera, mas igualmente por se intensificar a manutenção em período eleitoral, não se escondem os abandonos a que o espaço foi votado nos anos anteriores e a degradação a que chegaram alguns dos equipamentos e que ainda se mantém nalgumas zonas. -----

----- Os valores em causa foram os aprovados pelo município e pela junta de freguesia, daí os votos favoráveis nos anteriores acordos, logo, deverá a junta aplicar as verbas nos espaços protocolados ao longo dos 4 anos de execução do acordo e o Município zelar pela sua efetiva aplicação. -----

----- Odemira, 14 de Dezembro de 2017.” -----

----- 2. Pelos Membros Eleitos pela Coligação Democrática Unitária: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- Os eleitos da CDU defendem a descentralização, mas uma descentralização e delegação de competências que resulte na disponibilização de meios suficientes (materiais, financeiros e humanos) para as freguesias, para que estas possam desenvolver um trabalho de qualidade. -----

----- De facto os acordos e os contratos deveriam ser uma medida descentralizadora para a consolidação da eficiência pública, beneficiando as populações, porém a transferência de competências, sem o acompanhamento dos meios necessários ao seu exercício é prejudicar as freguesias, prejudicar as populações. -----

----- A população vê a Câmara Municipal desresponsabilizar-se de competências suas e as freguesias ficam com tarefas que não conseguem cumprir, pela insuficiência de meios. -----

----- Considerando também que a proposta apresentada não está acompanhada da informação necessária para uma avaliação do modelo e aferição dos critérios com rigor, os eleitos da CDU votam pela abstenção. -----

14-12-2017

-----Odemira, 14 de Dezembro de 2017.”-----

-----**Ponto cinco:** AQUISIÇÃO DE ELETRICIDADE PARA INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL E PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, AO ABRIGO DE ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CC-CIMAL - RENOVAÇÃO DE CONTRATO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para autorização do compromisso plurianual: -----

-----“1 - ASSUNTO N.º 0615-2017 - AQUISIÇÃO DE ELETRICIDADE PARA INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL E PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, AO ABRIGO DE ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CC-CIMAL - RENOVAÇÃO DE CONTRATO: AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

-----Foi presente a informação n.º 3755-2017, datada de 30 de outubro de 2017, elaborada pela Divisão de Gestão Interna, na qual consta a proposta de renovação do contrato de aquisição em epígrafe, pelo período de um ano, conforme previsto no artigo 35º da parte III do Caderno de Encargos do Acordo Quadro 02/2015 CC-CIMAL. Consta ainda que, estando previsto compromissos plurianuais, dever-se-á solicitar autorização prévia à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

-----Propõe-se que seja tomado conhecimento e, bem assim, que seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a remessa do assunto à Assembleia Municipal para autorização do compromisso plurianual.”. -----

-----Interveio o Senhor Cláudio Percheiro que lamentou que a proposta em causa não

14-12-2017

venha acompanhada da informação completa, porque não estava quantificada. Referiu que a bancada da Coligação Democrática Unitária não estava contra aquele assunto, mas considerava que se tratava “de mais um cheque em branco”.-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que se tratava apenas da autorização do compromisso plurianual de um procedimento lançado pela CIMAL de Acordo Quadro. Informou ainda que o contrato de aquisição de eletricidade variava em função dos consumos e do tempo, porque o custo da eletricidade tem variações ao longo dos anos, e que ao recorrer ao Acordo Quadro os Municípios têm ganhos de escala, poupando recursos. ----

-----Interveio o Senhor Rui Silva, Chefe da Divisão Financeira do Município de Odemira que informou que a iluminação pública dependia dos consumos, pelo que aquisição era efetuada mediante previsão e, bem assim, informou que por lapso não tinha acompanhado a documentação a respetiva quantificação. -----

-----Interveio o Senhor António Afonso que informou que estava claro que o objetivo e a razão de o assunto estar agendado era apenas pelo facto de a despesa se repartir por mais de um ano. Relembrou ainda que a Assembleia Municipal e os seus Membros tinham por objetivo a defesa do interesse público e, por vezes, notava que havia má-fé reiterada, especificamente por parte do Senhor Cláudio Percheiro, e “isso não é defender o interesse público, é confundir o Género Humano com o Manuel Germano”.-----

-----Interveio o Senhor Cláudio Percheiro que manifestou o seu desagrado relativamente à intervenção anterior. Referiu que era incorreto e inqualificável, estarem a passar “*mais um cheque em branco*”, porque a proposta não estava quantificada. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que futuramente todos os compromissos viriam quantificados. -----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação a proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido

14-12-2017

Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto seis:** AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA O MUNICÍPIO DE ODEMIRA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para autorização do compromisso plurianual: -----

-----“1 - ASSUNTO N.º 0563-2017 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA O MUNICÍPIO DE ODEMIRA: AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

-----Foi presente a informação n.º 3477/2017, datada de seis de outubro do ano de dois mil e dezassete, proveniente da Divisão de Gestão Interna, elaborada pelo júri do procedimento, na qual consta o relatório final relativo à aquisição de serviço de seguro para o Município de Odemira, do qual se conclui que é intenção de adjudicar a referida aquisição à empresa Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., pelo preço total de 207.938,16€ (valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor). -----

-----Foi igualmente presente o relatório preliminar, datado de dezoito de setembro de dois mil e dezassete e a informação n.º 1629/2017, datada de dezanove de maio de dois mil e dezassete, proveniente da Divisão de Gestão Interna, onde consta que estando previsto a assunção de compromissos plurianuais, dever-se-á solicitar autorização prévia à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

-----Propõe-se que seja tomado conhecimento e, bem assim, que seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

-----A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a remessa do assunto à Assembleia Municipal para autorização do compromisso

14-12-2017

plurianual.” -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação a proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto sete:** AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTADORIA TÉCNICA PAISAGÍSTICA, NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA A DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E LOGÍSTICA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para autorização do compromisso plurianual: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0624-2017 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTADORIA TÉCNICA PAISAGÍSTICA, NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA A DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E LOGÍSTICA: AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL--

----- Foi presente a informação n.º 313/2017, datada de dezoito de outubro do ano de dois mil e dezassete, proveniente da Divisão de Infraestruturas e Logística, elaborada pelo júri do procedimento, na qual consta o projeto de decisão relativo à aquisição de serviço de consultoria técnica paisagística, na modalidade de avença, para a Divisão de Infraestruturas e Logística, do qual se conclui que é intenção de adjudicar a referida aquisição a Mafalda Ornelas Valente, pelo preço total de 45.000,00 € (valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor), correspondente ao valor a pagar pela execução das trinta e seis prestações objeto do contrato.---

----- Foi igualmente presente a informação n.º 3729/2017, datada de vinte e seis de outubro de dois mil e dezassete, proveniente da Divisão de Gestão Interna onde consta que estando prevista a assunção de compromissos plurianuais, dever-se-á solicitar autorização prévia à

14-12-2017

Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

-----Propõe-se que seja tomado conhecimento e, bem assim, que seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a remessa do assunto à Assembleia Municipal para autorização do compromisso plurianual.”. -----

-----Interveio o Senhor Cláudio Percheiro que informou que os eleitos da Coligação Democrática Unitária não estavam contra aquele assunto, porque se tratava de uma situação assumida, mas referiu que por princípio eram contra aqueles contratos de avença, que traduziam uma exploração do próprio avençado, o qual para além de ter de pagar os seus impostos, não gozava dos mesmos direitos dos outros trabalhadores (situação que recentemente foi alterada em virtude de um acordo entre o Governo e o Bloco de Esquerda).-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a AMGAP (que foi dirigida até há pouco tempo por um eleito da Coligação Democrática Unitária) tem como Consultor-Adjunto um avençado e, nessa conformidade, considerou que o princípio anteriormente mencionado, por vezes não, é possível de aplicar de imediato. -----

-----Por último, informou que por princípio é contra a instabilidade no emprego, mas por vezes, as limitações que são impostas às autarquias relativas à contratação, levam a recorrer àquele tipo de soluções, ainda que temporariamente. -----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação a proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido

14-12-2017

Social Democrata, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.--

-----**Ponto oito: PRÉMIOS DE ATIVIDADE DESPORTIVA - ÉPOCA 2017/2018:**

LISTA DEFINITIVA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para autorização do compromisso plurianual:--

-----“1 - ASSUNTO N.º 0678-2017 - PRÉMIOS DE ATIVIDADE DESPORTIVA - ÉPOCA 2017/2018: LISTA DEFINITIVA-----

----- Foi presente a informação n.º 3525/2017, datada de 11 de outubro de 2017, da Divisão de Desenvolvimento Sócio Cultural, na qual consta que de acordo com o Regulamento de Atribuição de Prémios de Atividade Desportiva, a Lista Provisória dos apoios a atribuir para a época 2017/2018 foi publicitada através do Edital n.º 83/2017, para efeitos de reclamação.----

----- Consta ainda da informação supracitada, que no decorrer do período de audiência prévia, o Sport Clube Odemirense comunicou que, face à enorme afluência de atletas inscritos, iria ter mais uma equipa de futebol no escalão de benjamins a competir, e bem assim solicitou o respetivo apoio. Analisado o pedido, a Comissão de Análise considera que, apesar do Regulamento de Atribuição de Prémios de Atividade Desportiva não ser muito explícito, quanto ao número de equipas a apoiar por escalão, é de atender a pretensão do clube, tendo em conta que o futebol de formação é uma das modalidades estratégicas do Município, e é das modalidades desportivas que envolve mais jovens no concelho. A Comissão de Análise propõe ainda que seja atribuído o valor de mais 1.250,00€ ao Clube Desportivo Praia de Milfontes, uma vez que também este clube tem duas equipas de futebol no escalão benjamins.-----

----- Em face do exposto, propõe-se de harmonia com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o Regulamento de Atribuição de Prémios de Atividade Desportiva, a aprovação da Lista Definitiva dos apoios a atribuir para a época desportiva 2017/2018, aos clubes/ associações do Concelho de Odemira, cujo valor total importa em 168.250,00€ (cento e sessenta e oito mil duzentos e cinquenta euros), sendo que

14-12-2017

66.625,00€ serão atribuídos em 2017 e 101.625,00€ em 2018. -----

-----Propõe-se ainda, de harmonia com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que o assunto seja remetido à Assembleia Municipal para autorização do compromisso plurianual. -----

-----Propõe-se ainda a aprovação da minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para a época 2017/2018, a celebrar com cada entidade e, bem assim, que sejam concedidos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para os outorgar, em representação do Município. -----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos e remessa à Assembleia Municipal para autorização do compromisso plurianual. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação a proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

-----Antes de se passar para o tratamento do assunto seguinte, o Senhor Pedro Gonçalves, eleito pelo Bloco de Esquerda, declarou impedimento por pertencer à Associação em causa não podendo participar na deliberação, o qual foi aceite, tendo o referido Membro saído de sala. ----

-----**Ponto nove:** ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DO PRÉ-ESCOLAR: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para autorização do

14-12-2017

compromisso plurianual: -----

-----“14 - ASSUNTO N.º 0711-2017 - ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DO PRÉ-ESCOLAR -----

-----Foi presente a informação n.º 4289/2017, datada de 04 de dezembro de 2017, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Sócio-Cultural, na qual consta que após a aprovação do Protocolo de Colaboração para assegurar a oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), celebrado com a TIC TAC – Associação para a Promoção dos Tempos Livres das Crianças e Jovens, verificou-se que um elevado número de alunos matriculados nos Jardins de Infância do Brejão e do Cavaleiro, efetuaram o pedido para almoço e prolongamento de horário ao longo dos meses de outubro e novembro, situação que implica a necessidade de colocar mais recursos humanos naqueles Jardins de Infância. -----

-----Em face do exposto e em conformidade com a alínea u) do n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação da Minuta da Adenda do Protocolo de Colaboração para a Componente de Apoio à Família, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar e da Prevenção, a celebrar com a TIC-TAC – Associação para a Promoção dos Tempos Livres das Crianças e Jovens, no valor total de 20.999,88€ (vinte mil novecentos e noventa e nove euros e oitenta e oito cêntimos) para o período entre janeiro 2018 e julho de 2018. -----

-----Propõe-se ainda que sejam concedidos plenos poderes ao Senhor Presidente para outorgar o documento em representação do Município, bem como que seja remetido à Assembleia Municipal para aprovação. Esta despesa tem repercussão no PAM 2016/A/8. -----

-----Propõe-se para apreciação e deliberação. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

14-12-2017

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação a proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

----- Voltou a entrar na sala o Senhor Pedro Gonçalves. -----

-----**Ponto dez:** PROGRAMAS SINERGIAS SOCIAIS 2017 – PROJETO CLICK – TEATRO INTERATIVO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para autorização do compromisso plurianual: --

-----“3 - ASSUNTO N.º 0687-2017 - PROGRAMA SINERGIAS SOCIAIS 2017 - PROJETO CLICK - TEATRO INTERATIVO-----

-----Foi presente a informação n.º 3905/2017, datada de 10 de novembro de 2017, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Socio Cultural, na qual consta que no âmbito do Programa Sinergias Sociais foi aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 18 de maio de 2017 atribuir o valor de 9.999,24€ à Sociedade Recreativa S. Teotoniense, para execução do Projeto CLICK – Teatro Interativo. O projeto apresentado, com terminus previsto a 31 de dezembro de 2017, visa a realização de ações de sensibilização sobre o tema da Igualdade de Género e Violência Doméstica e a criação de ateliers de teatro nas escolas do ensino secundário e profissional. A 17 de outubro a Sociedade Recreativa S. Teotoniense informou que teve alguns constrangimentos na execução do projeto, nomeadamente com a saída da Coordenadora do Projeto e o facto de os contactos com as escolas secundárias do concelho só terem sido efetuados de 2017/2018, o que obrigou a uma reestruturação e reprogramação do projeto e, nesse sentido, solicitou o prolongamento da execução do projeto até final de março de 2018. -----

-----Analisada a pretensão da entidade, e tendo em conta que:-----

14-12-2017

----- - As alterações propostas não colocam em causa os objetivos inicialmente previstos; -
----- - O novo coordenador já integrava a equipa técnica anterior; -----
----- - A prorrogação por mais três meses de execução do projeto é razoável para a
conclusão do mesmo; -----
----- - O regulamento é omissivo relativamente à possibilidade de prorrogar o prazo de
execução dos projetos. -----
----- Tendo ainda em conta a importância do tema, bem como o trabalho já desenvolvido,
propõe-se a aprovação da prorrogação do prazo de execução do projeto em causa até ao final de
março de 2018. -----
----- Propõe-se para apreciação e deliberação. -----
----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos
termos propostos, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e
deliberação.” -----
----- Interveio o Senhor Cláudio Percheiro que informou que os eleitos da Coligação
Democrática Unitária não estavam contra aquela proposta, mas consideravam que aquele
programa tinha um Regulamento específico e a atribuição de um subsídio que, nos termos da
lei, tem efeitos durante o próprio ano económico, não podendo passar para os anos seguintes,
pelo que se o prazo de execução foi ultrapassado a aprovação na Assembleia Municipal seria
para essa autorização e não para autorizar a plurianualidade. Por último, perguntou se a verba já
tinha sido entregue à entidade em causa. -----
----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o programa em
causa tem um Regulamento que estabelece um prazo para a execução das candidaturas. Se não
houvesse a execução no prazo que estava estabelecido seria necessário proceder à sua
prorrogação. Informou ainda que a transferência das verbas era efetuada à medida das
respetivas execuções, pelo que no assunto em apreço a verba ainda não tinha sido transferida. --

14-12-2017

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação a proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

-----Previamente à aprovação da Minuta da Ata da presente sessão foram comunicadas as datas previstas para as sessões ordinárias da Assembleia Municipal do próximo ano: -----

----- - Sessão ordinária de vinte e três de fevereiro; -----

----- - Sessão ordinária de trinta de abril; -----

----- - Sessão ordinária de vinte e nove de junho; -----

----- - Sessão ordinária de trinta de novembro.-----

-----Registou-se ainda a intervenção da Senhora Fernanda Almeida que, em nome dos eleitos pelo Partido Social Democrata, manifestou o desagrado pelas condições de trabalho durante a presente sessão, designadamente para carregamento elétrico dos suportes digitais necessários para consulta da documentação enviada por essa via. Referiu ainda que considerava muito pouco digno que a documentação estivesse espalhada pelo chão.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que iria ter em consideração o lamento apresentado anteriormente e, bem assim, referiu que a Mesa da Assembleia Municipal tinha uma proposta para alterar a disposição da sala durante as sessões, para evitar que os Membros fiquem de costas uns para os outros quando estão a intervir. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

-----Nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as

14-12-2017

deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** -----

----- Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão eram duas horas e quarenta minutos do dia quinze de dezembro do corrente ano.-----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

----- A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

----- A PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----